



COPPE/UFRJ

**VENCER SEM LUTAR ATÉ O FIM:
COERÇÃO MILITAR E GUERRAS LIMITADAS**

Flávio Pedroso Mendes

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-graduação em Engenharia de Produção, COPPE, da Universidade Federal do Rio de Janeiro, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Mestre em Engenharia de Produção.

Orientador: Domício Proença Júnior

Rio de Janeiro

Abril de 2009

VENCER SEM LUTAR ATÉ O FIM:
COERÇÃO MILITAR E GUERRAS LIMITADAS

Flávio Pedroso Mendes

DISSERTAÇÃO SUBMETIDA AO CORPO DOCENTE DO INSTITUTO ALBERTO
LUÍS COIMBRA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA DE ENGENHARIA
(COPPE) DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO COMO PARTE
DOS REQUISITOS NECESSÁRIOS PARA A OBTENÇÃO DO GRAU DE MESTRE
EM CIÊNCIAS EM ENGENHARIA DE PRODUÇÃO.

Aprovada por:

Prof. Domício Proença Júnior, D.Sc.

Prof. Roberto dos Santos Bartholo Júnior, Ph.D.

Prof. Eugenio Pacelli Lazzarotti Diniz Costa, D.Sc.

RIO DE JANEIRO, RJ – BRASIL

ABRIL DE 2009

Mendes, Flávio Pedroso.

Vencer sem lutar até o fim: coerção militar e guerras limitadas/Flávio Pedroso Mendes. – Rio de Janeiro: UFRJ/COPPE, 2009.

VII; 45 p.: il.; 29,7 cm.

Orientador: Domício Proença Júnior.

Dissertação (mestrado) – UFRJ/COPPE/Programa de Engenharia de Produção, 2009.

Referências bibliográficas: p. 42-45

1. Estudos estratégicos. 2. Clausewitz. 3. Coerção militar.
I. Proença Jr., Domício. II. Universidade Federal do Rio de Janeiro, COPPE, Programa de Engenharia de Produção. III. Título.

Agradecimentos

Trabalhos de dissertação de mestrado nunca são o resultado somente dos esforços isolados de seus autores, mas antes representam o somatório dos esforços de seus autores e de outras pessoas que colaboraram direta ou indiretamente para sua produção. Entre os colaboradores diretos merece destaque o orientador deste trabalho, Prof. Domício Proença Júnior. A excelência intelectual e o compromisso honesto com a produção de conhecimento relevante do Prof. Domício já seriam suficientes para lhe creditar grande parte dos eventuais méritos que este trabalho possa ter. No entanto, o Prof. Domício se aparta dos orientadores convencionais não só pela extensão de suas capacidades acadêmicas, mas também por seu envolvimento e sensibilidade devotados ao ato de orientar e de co-produzir. Por tudo isso lhe sou inteiramente grato e me sinto honrado por ter tido sua influência em minha formação acadêmica e pessoal. Agradeço ainda ao Prof. Domício e ao Prof. Eugenio Diniz por permitirem o acesso e referência a um manuscrito inédito de sua autoria (Proença Jr. e Diniz, 2006), sem o qual meus argumentos ficariam seriamente prejudicados.

As contribuições indiretas são variadas e não menos importantes, pois sem elas possivelmente estas linhas não teriam lugar neste momento. Agradeço aos meus pais, Antônio Nazareno G. Mendes e Adriana Maria Ribeiro Pedroso, e à minha irmã, Marcela Pedroso Mendes, pelo amor e pelo apoio. Sem eles o desafio de uma trajetória particularmente demandante e numa cidade completamente estranha teria sido impossível de suportar. Agradeço aos meus avós, tios, tias, primos e primas por preencherem minha vida com tanto amor e carinho, lembrando-me sempre de onde venho e para onde poderei sempre retornar.

No meio desta trajetória uma pessoa apareceu e a transformou completamente. Samantha, com seu amor e dedicação você tornou tudo muito mais alegre e cheio de sentido. Agradeço-lhe imensamente por ser uma parte tão especial da minha vida, que já não seria a mesma sem você. Se esta dissertação leva um pouco do meu sangue e do meu coração, então há uma boa parte de você nela também.

Resumo da Dissertação apresentada à COPPE/UFRJ como parte dos requisitos necessários para a obtenção do grau de Mestre em Ciências (M.Sc.)

VENCER SEM LUTAR ATÉ O FIM: COERÇÃO MILITAR E GUERRAS LIMITADAS

Flávio Pedroso Mendes

Abril/2009

Orientador: Domício Proença Júnior

Programa: Engenharia de Produção

Esta dissertação de mestrado aprecia criticamente o estudo da coerção militar, que tem adquirido crescente proeminência desde o fim da Guerra Fria. O objeto de análise é o que talvez seja a obra mais representativa dessa linha de investigação: o *Bombing to Win: Air Power and Coercion in War* (“Vitória Pelo Bombardeio: Poder Aéreo e Coerção na Guerra”), de Robert A. Pape. Confrontar-se-á a premissa elementar da obra, que é compartilhada pelo restante da literatura substantiva do campo, de que a coerção militar é essencialmente distinta do ato de guerrear. Esse confronto depende do contraste entre a abordagem de Pape e a Teoria da (conduta da) Guerra de Carl von Clausewitz. Conclui-se pela identidade essencial entre coerção militar e guerra, da qual derivam duas asserções centrais para o estudo da coerção militar: (i) coerção militar é guerra em sua essência e, como tal, é um fenômeno integralmente político, com resultados completamente subordinados à política; (ii) e a ocorrência do que Pape considera um sucesso da coerção militar nada mais é do que a manifestação de uma guerra limitada, uma das duas formas que as guerras podem assumir na realidade.

Abstract of Dissertation presented to COPPE/UFRJ as a partial fulfillment of the requirements for the degree of Master of Science (M.Sc.)

WINNING WITHOUT FIGHTING TO A FINISH:
MILITARY COERCION AND LIMITED WARFARE

Flávio Pedroso Mendes

April/2009

Advisor: Domício Proença Júnior

Department: Production Engineering

This Masters thesis deals critically with the study of military coercion, which has become increasingly prominent since the end of the Cold War. The object of analysis is perhaps the most representative work in this field of research: Robert A. Pape's *Bombing to Win: Air Power and Coercion in War*. The aim is to confront the elementary premise of Pape's work, shared by the remaining relevant literature in the field, that military coercion is essentially distinct from warfare. This will stem from the confrontation between Pape's approach and Carl von Clausewitz's Theory of (the conduct of) War. The conclusion is that there is an essential identity between military coercion and war, from which derive two main statements for the study of military coercion: (i) military coercion is essentially war and, as such, is an entirely political phenomena, whose results are completely subordinated to politics; (ii) and what Pape considers to be an instance of successful military coercion is merely the occurrence of a limited war, one of the two forms of war in reality.

Sumário

1. Introdução.....	pág. 09
2. O <i>Bombing to Win</i> de Robert A. Pape.....	pág. 11
3. Clausewitz e a Teoria da Guerra.....	pág. 33
4. Considerações finais: coerção militar como guerra.....	pág. 45
Referências bibliográficas.....	pág. 50

1- Introdução

A investigação que ora se apresenta se insere no campo dos Estudos Estratégicos, que se entende como a disciplina científica que estuda o emprego da força, em ato ou potência, para fins políticos. O propósito do trabalho é a apreciação crítica da *coerção militar* (por exemplo, Pape, 1996; Byman et al., 1999; e Johnson et al., 2002), que conforma uma linha de pesquisa que vem adquirindo crescente proeminência nos estudos de segurança e das relações internacionais desde o fim da Guerra Fria.

Estudiosos da coerção militar a definem como “o uso de força ameaçada, incluindo o uso limitado de força efetiva para sustentar a ameaça, para induzir um adversário a se comportar de modo diverso de como ele se comportaria”. (Byman e Waxman, 2000: 9)¹ Sem embargo de algumas variantes, essa definição proposta por Byman e Waxman expressa substantivamente a maneira como os estudiosos da coerção militar definem seu objeto de investigação: o emprego do potencial de dano físico para alterar o comportamento de um adversário. Desenvolvem-se trabalhos que ambicionam compreender as dinâmicas envolvidas na coerção militar e identificar as variáveis que afetam seu resultado, de maneira a identificar ou prescrever cursos de ação ótimos para a produção de resultados. (Pape, 1996)

Esta dissertação de mestrado avalia os méritos da coerção militar pela análise do que talvez seja a obra mais ampla e representativa dessa linha de pesquisa: o *Bombing to Win: Air Power and Coercion in War* (“Vitória pelo Bombardeio: Poder Aéreo e Coerção na Guerra), de Robert A. Pape, publicada em 1996. Nessa obra, ele realiza uma discussão teórica das dinâmicas envolvidas na coerção militar e propõe uma teoria própria sobre seu funcionamento, passando ao teste empírico de suas hipóteses com base em casos de campanhas aéreas ao longo do séc. XX. Ao final, julga ter respaldado empiricamente uma poderosa teoria da coerção militar, adequada para orientar políticas de defesa e posturas concretas de força.

O tratamento que Pape dá ao tema depende de uma premissa básica, que lhe fornece legitimidade e sustentação lógica, de que *a coerção militar é essencialmente distinta da condução de guerras*. Pape apresenta seu objeto de estudo como algo distintivo no interior do fenômeno bélico, à parte do ato de guerrear, e mesmo como uma alternativa menos custosa à guerra. Para Pape, um ato bem-sucedido de coerção

¹ “[T]he use of threatened force, including the limited use of actual force to back up the threat, to induce an adversary to behave differently than it otherwise would”.

militar é aquele capaz de extrair a concessão desejada de um adversário que ainda detenha os meios para resistir. A conquista do objetivo diante de um adversário completamente prostrado e indefeso deve ser vista como uma falha da coerção e corresponde a uma vitória na guerra. (Pape, 1996: 15) Como será visto ao final do Cap. 2, essa premissa não apenas permeia o trabalho de outros expoentes do estudo da coerção militar, mas é assumida inclusive pelos críticos mais ferrenhos de Pape.

O propósito deste trabalho é confrontar a abordagem de Pape, concluindo pela *identidade* essencial entre coerção militar e a condução de guerras. Demonstrar-se-á que coerção militar é guerra e que a distinção entre uma e outra está em erro. Esse resultado depreende da apreciação detalhada da teoria de Pape em contraste com a Teoria da (conduta da) Guerra de Carl von Clausewitz. (Clausewitz, 1993) Desse contraste emergem duas conclusões gerais:

- (i) coerção militar é guerra em sua essência e, como tal, é um fenômeno integralmente político, com resultados completamente subordinados à política;
- (ii) e a ocorrência do que Pape considera um sucesso da coerção militar nada mais é do que a manifestação de uma *guerra limitada*, uma das duas formas que as guerras podem assumir na realidade.

O Cap. 2 trata de Pape e de sua contribuição angular ao estudo da coerção militar. Discute-se o *Bombing to Win* em seus próprios termos, retirando seus principais elementos e resultados. Encerra-se com uma breve revisão do estado da literatura que aprecia e critica essa obra. O Cap. 3 reconstrói, parcialmente, a teoria de Clausewitz para os propósitos deste trabalho. Interessar-nos-á particularmente o entendimento do que seja a guerra em sua essência e das formas que ela pode tomar na realidade. Encerra-se com algumas considerações gerais, apresentando o resultado do confronto entre Pape e Clausewitz e suas implicações para o estudo da coerção militar.

2– O *Bombing to Win* de Robert A. Pape

O objeto deste capítulo é a principal contribuição de Robert A. Pape ao estudo da coerção. Em *Bombing to Win: Air Power and Coercion in War* (1996)², Pape apresenta a versão completa e sistematizada de seus argumentos, construídos em publicações esparsas ao longo da década de 1990 (ver Pape, 1990; Pape, 1992 e Pape, 1993), confrontando-os com uma extensa base empírica. O que se segue é uma discussão dos elementos que compõem a “teoria da coerção” que Pape afirma derivar de sua obra. (Pape, 1996: 9-11) Ao final, discute-se em linhas gerais o que se produziu de mais relevante em reação ao trabalho de Pape. O propósito será demonstrar que o elemento que compõe o cerne deste trabalho de dissertação – a diferença essencial entre coerção militar e o fenômeno guerra, subjacente à discussão de Pape – não ocupou os participantes do debate originado, que aceitaram essa premissa de maneira mais ou menos explícita.

A parte inicial da discussão de Pape recorta o que seja seu objeto de estudo. A coerção é definida como correspondendo aos “esforços para alterar o comportamento de um estado por meio da manipulação de custos e benefícios”. (Pape, 1996: 4)³ O ponto central da definição reside em *alterar o comportamento*. A coerção é, desse modo, apresentada como a contraparte da dissuasão⁴, cujo propósito é desencorajar, por meio da manipulação de custos e benefícios, um determinado comportamento por parte de um adversário. Em outras palavras, o propósito da coerção é obrigar, enquanto o da dissuasão é inibir ou evitar. Apesar de julgar haver uma ligação fraternal entre coerção e dissuasão, como dois lados de uma mesma moeda, Pape acredita haver diferenças essenciais entre elas, que dão ensejo a dinâmicas e lógicas próprias. (Pape, 1996: 4) Com efeito, Pape identifica como uma das principais falhas do tratamento acadêmico da coerção a tendência a confundir os princípios que regem o funcionamento da coerção e da dissuasão. De modo geral, para Pape a coerção é inerentemente mais difícil do que a dissuasão, correspondentemente à maior dificuldade para se alterar o status quo do que para mantê-lo. (Pape, 1996: 6)

A definição de coerção não condiciona o fenômeno a meios específicos pelos quais se manipulariam os custos e benefícios do adversário. Entretanto, Pape dirige seu

² Daqui em diante, BTW.

³ “‘Coercion’ means efforts to change the behavior of a state by manipulating costs and benefits”.

⁴ Do inglês *deterrence*,

estudo às dinâmicas da coerção militar, em que se espera alterar o comportamento do outro mediante o emprego concreto ou ameaçado dos meios de força⁵. Para Pape, a relevância de se estudar a coerção militar advém do fato de ser a força o instrumento mais freqüente quando interesses vitais estão em disputa, além de constituir o processo com conseqüências potencialmente mais dramáticas para as sociedades envolvidas. A presença de instrumentos militares como meio enseja outra demarcação, fundamental para dar distinção ao objeto investigado por Pape e para legitimar sua abordagem, entre coerção militar e a condução de uma guerra.

Para Pape, lutar uma guerra tem como objetivo deixar o oponente sem meios de resistência, forçado a aceitar passivamente as demandas do vitorioso. A decisão é determinada pelo resultado do embate contra forças. O lado que quer alterar o comportamento do outro só o consegue após a concretização da superioridade de seus meios e de seu emprego. (Pape, 1996: 13) Já a coerção, também para Pape, implica a suficiência do potencial de força para a produção dos resultados. Coagir significa convencer o outro de que a aquiescência é melhor do que sofrer as conseqüências potenciais da resistência. É, em outras palavras, um processo de barganha⁶. Quem coage busca atingir seus objetivos sem ter de arcar com os custos de prostrar por completo seu oponente. Nas palavras de Pape, “a coerção busca alterar o comportamento de estados que ainda detenham capacidade para uma resistência militar organizada” (Pape, 1996: 13)⁷.

Trata-se neste momento de ressaltar que a distinção proposta entre coerção militar e condução de guerras tem implicações significativas do ponto de vista teórico e analítico. Pape Pape, coerção e guerra seriam coisas essencialmente diferentes, cada uma com sua própria lógica. Travar uma guerra significaria empregar os meios de força com o propósito de produzir a impossibilidade de oposição pelo oponente. Significaria, em outras palavras, deixar o oponente sem escolha senão a de aceitar as demandas que lhe são impostas.

Em contraste, o efeito da coerção seria o de afetar os cálculos do oponente, por meio da perspectiva do que ele pode sofrer em face do que se lhe é exigido. A possibilidade de escolha é mantida, mesmo que estrangida e condicionada. A arte da

⁵ A respeito da coerção por meio de sanções econômicas, ver Pape, 1997a; e Pape, 1998.

⁶ A abordagem seminal que busca discutir diferentes tipos de uso da força - a força bruta para tomar e a força potencial para convencer - é de Schelling, 1966.

⁷ “[C]oercion seeks to change the behavior of states that still retain the capacity for organized military resistance”.

coerção se apresentaria na manipulação das variáveis certas para que a escolha seja a desejada.

Uma ressalva, contudo, é necessária. Pape reconhece que a distinção entre coerção militar e a condução de guerras, ainda que teoricamente clara, pode ser eventualmente difícil na prática, diante das possibilidades de sobreposição de intenções e de cursos de ação. Porém, Pape acredita haver casos puros de coerção, como quando o uso de força é apenas ameaçado, e de condução de guerras, como no caso de operações que dependam de surpresa absoluta. (Pape, 1996: 14)

Analicamente, a distinção entre coerção e condução de guerras determina a percepção do que constitui um sucesso ou um fracasso coercitivo. Da leitura de Pape depreende-se que o propósito da coerção é a concessão da demanda política por parte de um adversário que ainda teria meios de resistir. Essa é também, portanto, a percepção de sucesso coercitivo. Se o oponente se defronta com a possibilidade de escolha entre resistir e conceder e opta pela última, então a coerção funcionou, o que equivale a dizer que o potencial de conseqüências futuras foi suficiente para produzir o resultado desejado.

Já o fracasso da coerção, nos termos de Pape, admite diferentes manifestações. Se o oponente não concede às demandas colocadas, está-se, naturalmente, na presença de uma falha da coerção. O ponto-chave da argumentação de Pape vem com a consideração de que a concessão por parte de um oponente completamente prostrado e indefeso corresponde a um *fracasso* coercitivo. Tratar-se-ia de um êxito na condução de uma guerra, e não de uma vitória da coerção. Para o sucesso da coerção, a capacidade de escolha, ainda de posse da capacidade de oposição, é fundamental. A condução de guerras aparece de fato como uma alternativa indesejada à coerção, como um mal necessário diante da incoercibilidade de um oponente diante da coerção. A passagem a seguir não deixa dúvidas quanto à distinção atribuída por Pape a esse ponto:

A coerção falha quando quem a pratica interrompe suas ações militares coercitivas antes que o alvo conceda, quando os ataques continuam, mas não produzem a aquiescência do alvo, ou quando quem coage impõe suas demandas somente após a derrota completa do alvo. O último critério é crucial: se uma tentativa de coerção é feita, mas a guerra termina só quando o outro lado é decisivamente derrotado, então a *coerção* falhou, mesmo com a vitória na guerra. (Pape, 1996: 15)⁸.

⁸ “Coercion fails when the coercer stops its coercive military actions prior to concessions by the target, when the coercer’s attacks continue but do not produce compliance by the target, or when the coercer

Sumarizando, Pape entende por coerção militar o uso da força, concreta ou ameaçada, para alterar o comportamento do adversário; ou, em outras palavras, para forçá-lo a uma ação. A coerção militar se distingue essencialmente da condução de guerras: enquanto o propósito de uma guerra é prostrar o adversário e deixá-lo incapaz de negar o que lhe é demandado, a coerção se apresenta como um processo de barganha, apoiado pela força, em que se espera convencer o adversário de que o melhor é conceder, ainda que possua os meios de resistência.

Os determinantes do sucesso na coerção formam, de acordo com Pape, o ponto central do tratamento científico do fenômeno. Falando de seu livro, aliás, no primeiro parágrafo, Pape declara: “[e]le pergunta por que alguns estados decidem alterar seu comportamento quando ameaçados com conseqüências militares e outros não” (Pape, 1996: 1)⁹. Pape acredita haver quatro grandes grupos de abordagens que tentam responder a essa pergunta. O primeiro enfatiza o *balanço de determinação*, afirmando que o lado com maior determinação na disputa prevalecerá. O segundo identifica o *balanço de interesses* como variável decisiva, atribuindo a vitória ao lado com os maiores interesses em jogo. O terceiro apresenta a *vulnerabilidade populacional* como variável-chave, acreditando que o lado que mais tenha a temer pela integridade de seu povo cederá primeiro. Por último, aponta-se o *balanço de forças* como elemento determinante, em que o lado militarmente mais fraco tende primeiro a se curvar às demandas do outro. (Pape, 1996: 4-5) Pape julga as quatro vertentes incompletas e insatisfatórias, e desse julgamento nasce a *raison d’être* de seu trabalho:

Apresentar uma teoria que explique o sucesso e o fracasso da coerção militar e testá-la contra os resultados de todas as ofensivas estratégicas aéreas empregadas em disputas internacionais durante o séc. XX (Pape, 1996: p. 9)¹⁰.

Antes que se entenda a razão da escolha de campanhas aéreas como pano de fundo para o estudo de Pape, apresenta-se a seguir o seu entendimento genérico dos

imposes its demands only after complete defeat of the target. The last is crucial: if a coercive attempt is made but the war ends only when one side is decisively defeated, then *coercion* has failed, even if the coercer wins the war”.

⁹ “It asks why some states decide to change their behavior when threatened with military consequences and other states do not”.

¹⁰ “[T]o present a theory that explains the success [and failure of military coercion and to test it against the outcomes of all the strategic air offensives employed in international disputes during the twentieth century”.

elementos envolvidos na coerção e dos mecanismos potenciais para influenciar o seu resultado.

Pape entende a lógica da coerção pela seguinte equação:

$$R = B p(B) - C p(C)$$

Em que:

R = valor da resistência;

B = benefícios esperados da resistência;

$p(B)$ = probabilidade de atingir esses benefícios;

C = custos potenciais da resistência; e

$p(C)$ = probabilidade de que esses custos serão incorridos. (Pape, 1996: 16)

Naturalmente, R é positivo quando o produto dos benefícios por sua probabilidade for maior do que o produto dos custos esperados por sua probabilidade. Espera-se o funcionamento da coerção, ou o fim da resistência, quando $R < 0$. A função da coerção é modificar a relação custo-benefício original, mediante influência sobre uma ou mais das quatro variáveis do lado direito¹¹. Para Pape, entretanto, as quatro variáveis não são igualmente passíveis de influência. Os benefícios [B], de início, dificilmente são modificáveis. O valor do controle de um território ou de uma população, para citar um dos objetos mais recorrentes em disputas, raramente é passível de ser transformado, a não ser por ações dramáticas – como sua total devastação em um ataque nuclear, por exemplo.

Restam como alvo potencial de uma ação coercitiva, conclui Pape, a probabilidade de que os benefícios serão adquiridos [$p(B)$] e os custos esperados multiplicados por sua probabilidade [$C p(C)$]. Os cursos de ação para influenciar as variáveis em jogo são apresentados como “estratégias de coerção”. Pape chama de *punição* as ações voltadas para o aumento dos custos de resistência (C), de *negação* as destinadas a diminuir a probabilidade de que os benefícios sejam obtidos ($p(B)$), e de *risco* as que tenham como alvo a probabilidade de que os custos sejam sofridos ($p(C)$).

O foco tradicional da punição, segundo Pape, é a sociedade do estado alvo, que se busca atingir direta ou indiretamente:

¹¹ Para uma discussão da utilidade como ponto de partida de modelos simples e utilitaristas como o de Pape, bem como de seus limites, ver Byman, Waxman e Larson, 1999.

Campanhas de punição buscam aumentar os custos sociais da resistência continuada até níveis que sobrepujem os interesses do estado alvo sobre o território, conduzindo-o a ceder às demandas de quem coage. (Pape, 1996: 18)¹²

Aqui não há uma relação necessária entre os alvos de ataque e o objeto em disputa. O importante é colocar em risco algo que o adversário tenha em alta estima, cuja perda seja menos aceitável do que a concessão do que lhe é demandado. A integridade de sua população e de seus meios de subsistência é creditada como sendo o bem mais valioso de um estado, tornando-se alvo natural para a manipulação dos seus cálculos de custo-benefício.

Ações de risco funcionam, para Pape, como formas atenuadas de punição. Os custos não são impostos com toda a energia de que se dispõe, mas de forma gradual e comunicadora de que mais está por vir caso as coisas não progridam como desejado: “a chave reside na imposição de custos a civis a uma taxa gradualmente crescente, no lugar da destruição de todo o rol de alvos em uma única arremetida”. (Pape, 1996: 18-9)¹³ No lugar de um ataque punitivo irrestrito a civis, a palavra de toque da aplicação de risco é *gradualismo*. As ações se desenvolvem ao longo de uma escala crescente de intensidade, de um modo que isso seja assimilado pelo adversário, com o intuito de induzir seus cálculos em termos daquilo que ele ainda pode evitar.

A negação, nos termos de Pape, pressupõe diminuir ou anular a probabilidade de que os benefícios sejam gozados mediante uma resistência bem-sucedida. Tirando $Bp(B)$ da equação, ou diminuindo significativamente $p(B)$, espera-se que a resistência se torne um exercício fútil e logo seja abandonada. Esse propósito implica uma necessária relação entre os alvos de ataque e o objeto em disputa, ou mais precisamente entre os alvos e os meios empregados pelo adversário para manter ou buscar o que é disputado. No lugar da imposição de custos adicionais que superem o valor do objeto em disputa, como no caso da punição e do risco, a negação espera convencer o adversário de seu provável insucesso caso persista em agir, tornando um desperdício qualquer esforço ou recurso adicional empregado. Como corolário, Pape identifica como foco geral de ação da negação a postura militar do adversário, como sugere o trecho a seguir:

¹² “Punishment campaigns seek to raise the societal costs of continued resistance to levels that overwhelm the target state’s territorial interests, causing it to concede to the coercer’s demands”.

¹³ “[T]he key is to inflict civilian costs at a gradually increasing rate rather than destroy the entire target set in one fell swoop”.

Estratégias de negação visam à habilidade militar do oponente para atingir seus objetivos territoriais ou outros objetivos políticos, obrigando-o assim a ceder para evitar o dispêndio de mais recursos em vão. Diferentemente de estratégias contracivis, as estratégias de negação não despendem esforços adicionais para causar sofrimento à sociedade do oponente, mas sim para negar-lhe a esperança de atingir os objetivos territoriais em disputa. Portanto, campanhas de negação têm como foco a estratégia militar do estado alvo. (Pape, 1996: 19)¹⁴

Pape opta, como aludido, por realizar seu estudo e testar suas hipóteses a partir do resultado de campanhas aéreas. Sua justificativa se baseia em argumentos históricos e analíticos: “[o] mais importante instrumento de coerção militar moderno, e o mais útil para a investigação das causas do sucesso e do fracasso coercitivo, é o poder aéreo” (Pape, 1996: 55)¹⁵. Historicamente, para Pape, as forças aéreas têm sido o instrumento preferido para afetar coercitivamente os cálculos de líderes políticos e militares ao longo do séc. XX. Analiticamente, Pape acredita haver uma maior distinção no emprego de força aérea, comparativamente ao emprego de exércitos e de forças navais. Trata-se aqui de multiplicidade e de distinção no relacionamento entre recursos empregados e resultados que se queira produzir. Apesar de ser possível o emprego de tropas terrestres tanto em funções de negação quanto em funções punitivas, Pape julga que exércitos desproporcionalmente opõem-se a exércitos, constituindo um instrumento eminentemente de negação. Forças navais, de sua parte, além do emprego de negação no combate, são freqüentemente utilizadas para bloqueios, que podem produzir efeitos igualmente de negação e de punição. O problema aí, para Pape, é justamente a falta de seletividade dos alvos e dos mecanismos perseguidos.

Em contraste, a flexibilidade e a maior seletividade dos recursos aéreos, conclui Pape, diminuem as dificuldades colocadas ao teste de hipóteses preocupadas com efeitos específicos de cursos de ação específicos:

Campanhas aéreas podem ser, e geralmente são, ancoradas a uma estratégia coercitiva específica por meio de ataques seletivos a alvos

¹⁴ “Denial strategies target the opponent’s military ability to achieve its territorial or other political objectives, thereby compelling concessions in order to avoid futile expenditure of further resources. Unlike countercivilian strategies, denial strategies make no special effort to cause suffering to the opponent’s society, only to deny the opponent hope of achieving the disputed territorial objectives. Thus, denial campaigns focus on the target state’s military strategy.”

¹⁵ “The most important instrument of modern military coercion, and the most useful for investigating the causes of coercive success and failure, is air power”.

identificados com essa estratégia, mas não com outras. (Pape, 1996, p. 46)¹⁶

Interessado em desvendar os ingredientes para o sucesso na coerção militar, Pape julga absolutamente crucial a verificação do mérito relativo do emprego independente dos diferentes cursos de ação, como ficará claro mais adiante.

Relacionada à ubiqüidade dos recursos aéreos está a necessidade de parâmetros para a diferenciação entre as “estratégias de coerção” perseguidas, que Pape propõe com base em três indicadores: tempo, lista de alvos e munições.

Campanhas punitivas são relacionadas a ataques a áreas residenciais e econômicas, com concentração no tempo para maximizar o choque, e envolvendo uma mistura de bombas explosivas e incendiárias, com grande proporção das últimas. O propósito é causar destruição, cujo valor não reside nela mesma, mas antes no sofrimento causado. O importante não é a obliteração de alvos pontuais, mas a dimensão da devastação, maximizando a dor e o impacto, razão pela qual Pape enfatiza o peso atribuído aos artefatos incendiários. Alvos econômicos e de infra-estrutura devem ser relacionados às necessidades básicas da população, como fornecimento de energia, distribuição de alimentos etc.¹⁷.

Campanhas de risco, de sua parte, devem envolver basicamente a mesma lista de alvos e a mesma proporção de munições de uma campanha de punição, porém com maior tempo de realização, movendo gradualmente na escala de alvos e de destruição. O que se espera aqui não é maximizar o choque, mas enfatizar a expectativa do que está por vir caso a aquiescência não se produza. Em suma, campanhas de risco são campanhas punitivas progressivas e estendidas, com maior tempo para a comunicação de sinais e de intenções.

Os alvos-chave de uma campanha de negação devem ser compostos, segue Pape, por alvos militares diretos e centros produtores de material bélico:

¹⁶ “Air campaigns can be, and often are, tailored to a specific coercive strategy through selective attack of targets identified with that strategy but not others”.

¹⁷ Pape identifica em Giulio Douhet a gênese do pensamento sistemático sobre o potencial da punição. As duas hipóteses centrais que permearam suas idéias foram: (i) não se podia conceber uma defesa eficaz contra a ação dos bombardeiros, que são muito rápidos e possuem todo o céu como palco; e (ii) o moral das populações poderia ser facilmente quebrado por ataques aéreos sistemáticos, levando-as a exigir e a forçar uma paz. O bombardeiro passava a ser a arma definitiva e o *bombardeio estratégico*, ou o ataque aéreo aos centros urbanos, econômicos e decisórios do inimigo, a doutrina-chave que levaria à vitória em todas as guerras futuras. A respeito de Douhet e de sua influência, ver Warner, 1943; Brodie, 1955; MacIsaac, 1986; Proença Jr. et al., 1998; e Meilinger, 2000. Para uma diferenciação entre os ataques aéreos ditos estratégicos e táticos, ver Knight, 1989.

Alvos podem incluir forças em campo; aparatos de comando, comunicação e logísticos no teatro de operações; fábricas de armamentos; e matérias-primas críticas usadas na produção de guerra. (Pape, 1996: 56)¹⁸

A pressão e a concentração ideais das ações seriam as maiores possíveis, muitas vezes com ataques repetidos para evitar reparo. As munições envolveriam uma maior proporção de bombas altamente explosivas, incluindo de precisão, se disponíveis. Alvos pontuais e sua obliteração são o que importa. Aqui, a destruição importa por ela mesma, na medida de seus efeitos sobre a disponibilidade dos meios de força para o oponente.

O emprego de negação tem como alvo as forças combatentes do oponente e a maneira como elas são dispostas e organizadas para atingir o objetivo em disputa. Para Pape, forças aéreas podem ser empregadas de três modos distintos na execução de propósitos de negação¹⁹.

O primeiro é o apoio direto a forças terrestres em combate. A idéia é a de uma espécie de artilharia aérea, capaz de concentrar poder de fogo com agilidade e flexibilidade, de modo a auxiliar o trabalho das tropas aliadas engajadas. O segundo Pape chama de *interdição estratégica* e descreve como “operações de larga escala para destruir as fontes de produção militar do inimigo ou para isolá-las dos fronts ou teatros de combate” (Pape, 1996: 71)²⁰. Aqui, o foco é logístico e o objetivo é privar as forças oponentes de linha de frente, por eliminação ou isolamento, do abastecimento de materiais e equipamentos essenciais para o exercício de funções combatentes. Por último, tem-se o que Pape denominou *interdição operacional*, descrita como ataques a funções de retaguarda de apoio ao combate no teatro de operações. A meta é produzir, para usar o termo escolhido por Pape, uma paralisia operacional, prejudicando a movimentação e a coordenação das forças oponentes no teatro de operações. (Pape, 1996: 70-3)

Para finalizar a discussão das “estratégias de coerção”, Pape identifica um novo procedimento trazido à luz pela operação Tempestade no Deserto, na Guerra do Golfo de 1991, e associado ao nome de John A. Warden III. A *decapitação* seria o resultado somado de avanços na área das munições de precisão e da abordagem dos cinco anéis

¹⁸ “Targets could include fielded forces; theater-level command, communications, and logistics; weapons plants; and critical raw materials used in war production”.

¹⁹ Para uma discussão similar de funções, com pano de fundo doutrinário, ver Warden III, 1989. Ainda para uma abordagem dos mesmos termos, mas com enfoque em tecnologia e requisitos, ver Mason, 1987.

²⁰ “[L]arge-scale operations either to destroy the enemy’s sources of military production or to isolate them from combat theaters or fronts”.

concêntricos proposta por Warden III (1992)²¹. As lideranças de um estado, apresentadas no anel central do esquema de Warden III, representam, de acordo com o argumento, o alvo ótimo para um ataque, tornado muito mais vulnerável pela tecnologia de precisão.

De acordo com Pape, há três variações da decapitação. A primeira é a das *lideranças* em si, que se baseia na suposição de que a eliminação de líderes-chave conduzirá a um pedido de paz. A segunda é a *decapitação política*, em que os recursos aéreos se veriam empregados para isolar os líderes da população e de sua base de apoio, visando a revoltas e golpes. Por último, há a *decapitação militar*, cujo propósito é isolar as unidades combatentes no teatro de operações das ordens e orientações da cúpula militar, por meio da obliteração do aparato de comando e controle. Com tudo somado, Pape acredita ser a decapitação um curso de ação com componentes de punição e de negação. (Pape 1996: 79-86)

Faz-se necessário ressaltar que a operacionalização proposta por Pape e descrita nos parágrafos anteriores carrega uma série de pressupostos táticos, estratégicos e logísticos, como o relacionamento entre pacotes de munição, alvos e efeitos táticos desejados, conducentes a resultados estratégicos específicos. Apesar de se tratar de um aspecto promissora e problematizável na linha de investigação dos Estudos Estratégicos, por si só capaz de selar o mérito da empreitada de Pape, é algo que não interessa diretamente aos propósitos deste trabalho de dissertação, que se preocupa com um elemento mais essencial e anterior, que precede mesmo a operacionalização e o teste de hipóteses.

Subjacente à discussão das “estratégias de coerção” de Pape está colocada uma estrutura analítica desenvolvida no âmbito da *School of Advanced Airpower Studies* (SAAS) da Força Aérea dos EUA²². A estrutura analítica se apresenta esquematicamente da seguinte forma:

força → alvos → mecanismo → mudança política
--

(Pape, 1996: 56)²³

²¹ Para Warden III, a estrutura elementar de um Estado-nacional moderno pode ser representada por cinco anéis concêntricos. As cinco camadas são, da mais externa para a mais interna: forças em campo, população, infra-estrutura, produção-chave e liderança. Ver Warden III, 1997: 174.

²² A respeito da estrutura analítica desenvolvida por Pape, ver Ehrhard, 1995; Mueller, 1998; e Plehn, 2005.

²³ “[F]orce → targets → mechanism → political change”.

O foco de análise do planejamento da campanha de coerção deve ser, argumenta Pape, o *mecanismo*, ou o processo pelo qual a aplicação de força sobre os alvos selecionados deverá produzir a mudança política desejada. Para sumarizar, os alvos e mecanismos, respectivamente, subjacentes a cada um dos cursos de ação que interessam a Pape são:

- (i) *Punição*: centros urbanos e econômicos → desintegração social e revolta popular;
- (ii) *Risco*: centros urbanos e econômicos, atacados gradualmente → desejo de evitar custos futuros;
- (iii) *Negação*: forças combatentes e alvos de suporte → incapacidade militar de vitória;
- (iv) *Decapitação*: lideranças civis e militares → mudança de regime ou paralisia militar.

Passa-se agora à proposta teórica de Pape e às suas hipóteses, dando seqüência à condução do teste empírico. A hipótese central de Pape quanto aos requerimentos da coerção militar foi construída em momentos anteriores, em seus estudos de caso sobre a Guerra do Vietnã (Pape, 1990) e sobre a rendição japonesa na Segunda Guerra Mundial (Pape, 1993), tendo sido formalmente apresentada em um artigo teórico que, em teor e em estrutura, é de fato um prelúdio de BTW (Pape, 1992). A tese principal é então recuperada já na primeira página do livro:

A idéia reinante é a de que o sucesso na coerção, seja nuclear ou convencional, reside na ameaça de imposição de danos a civis. Em contraste, eu afirmo que a coerção, ao menos em guerras convencionais, tem sucesso quando a força é usada para explorar as vulnerabilidades *militares* do oponente, desse modo tornando-lhe impraticável atingir seus objetivos políticos por esforços militares continuados. (Pape, 1996: 1)²⁴

Em síntese, Pape acredita que a negação é o curso de ação mais propenso a produzir resultados relevantes, enquanto a punição tende ao fracasso. Essa é sua expectativa em disputas militares convencionais, em que não esteja colocado o potencial

²⁴ “The accepted wisdom is that successful coercion, whether nuclear or conventional, rests on the threat to inflict harm on civilians. In contrast, I maintain that coercion, at least in conventional wars, succeeds when force is used to exploit the opponent’s *military* vulnerabilities, thereby making it infeasible for the opponent to achieve its political goals by continued military efforts”.

de emprego de artefatos nucleares. Em casos em que o fator nuclear entra com credibilidade nos cálculos dos contendores, inverte-se a expectativa: “[a]o contrário, em disputas nucleares, a coerção tende a ser atribuída às vulnerabilidades civis, não às militares” (Pape, 1996: 19)²⁵ É preciso ressaltar, entretanto, que nem sempre Pape espera que a negação seja eficaz em disputas convencionais. A condição complementar é a de que as forças oponentes - sua organização, coordenação e abastecimento - sejam vulneráveis à ação militar convencional com uma dada expectativa de resultado. Para Pape, isso equivale a exigir que as forças oponentes sejam regulares, e não irregulares ou guerrilheiras. Essa hipótese é particularmente útil em sua análise da Guerra do Vietnã.

Pape atribui o fracasso da punição:

- (i) ao alto valor atribuído aos objetos de disputa, particularmente territórios a que estejam vinculados interesses nacionais;
- (ii) à capacidade das sociedades de absorver danos, mesmo em grande escala, e manter sua integridade;
- (iii) à resistência e flexibilidade das economias modernas;
- (iv) ao potencial destrutivo relativamente limitado de artefatos convencionais, ao que se devem somar dispositivos defensivos e de minimização de danos;
- (v) e à improbabilidade de que as populações alvo se rebelem contra seus governos²⁶ (Pape, 1996: 21-7).

Ações de risco, por representarem, para Pape, uma forma de punição abrandada, teriam ainda menos chances de produzir resultados. Em adição aos problemas da punição pura, agravados pela diluição da dose administrada, as ações de risco ainda poderiam apresentar um problema de credibilidade, caso sejam interpretadas pelo adversário como irresolução ou restrição (Pape, 1996: 28-9).

Pape tampouco dá crédito às possibilidades de ataques cirúrgicos, abertas pelas munições de precisão, para a eliminação ou isolamento de lideranças. Para além do ceticismo quanto à probabilidade de mudança de regime, de ocorrência de revoltas e de

²⁵ “Conversely, in nuclear disputes, coercion is likely to be predicated on civilian, not military, vulnerabilities”.

²⁶ Boa parte dos argumentos avançados nesse ponto é ecoada na crítica de Pape à eficácia de sanções econômicas.

paralisa total das unidades militares, Pape afirma que maior precisão não altera significativamente o estado das coisas, sendo antes uma questão de inteligência²⁷. (Pape, 1996: 80-1)

Com base nessas expectativas, Pape propõe, então, os elementos centrais do que acredita ser uma teoria geral da coerção. Para disputas convencionais, têm-se:

1. *Estratégias de punição raramente terão sucesso.*
2. *Estratégias de risco falharão.*
3. *Estratégias de negação funcionam melhor.*
4. *A rendição do território pátrio é especialmente improvável.*
5. *Termos de rendição que incorporem uma pesada punição adicional não serão aceitos.*
6. *O sucesso da coerção quase sempre leva mais tempo do que a lógica da punição ou da negação isoladamente faria supor.* (Pape, 1996: 20)²⁸

Para os casos de coerção nuclear, figuram-se:

1. *A coerção nuclear requer superioridade*²⁹.
2. *Estratégias de negação não são úteis em disputas nucleares.*
3. *Estratégias de risco podem ter êxito em disputas nucleares.*
4. *Espera-se que a punição nuclear seja eficaz, porém rara.* (Pape, 1996: 20)³⁰

Para o teste de suas hipóteses, Pape seleciona 33 casos de campanhas aéreas que tiveram lugar ao longo do séc. XX. Ele acredita ter sido bastante criterioso na seleção de seu universo coercitivo. Em primeiro lugar, em todos os casos as demandas políticas envolveram interesses importantes para ambos os lados. Em segundo, não foram incluídos casos em que houvesse clara superioridade de força por uma das partes. Por

²⁷ Pape discute mais detalhadamente seu posicionamento sobre o real impacto da tecnologia de precisão em Pape, 1997b.

²⁸ “1. *Punishment strategies will rarely succeed*; 2. *Risk strategies will fail*; 3. *Denial strategies work best*; 4. *Surrender of homeland territory is especially unlikely*; 5. *Surrender terms that incorporate heavy additional punishment will not be accepted*. 6. *Coercive success almost always takes longer than the logic of either punishment or denial alone would suggest*”.

²⁹ Superioridade nuclear é atingida quando um Estado pode fazer uso de seu arsenal nuclear sem temer uma retaliação de mesma natureza, o que significa dizer que não há dissuasão nuclear recíproca. Isso pode se verificar, naturalmente, quando um Estado detém o monopólio nuclear mundial. Na situação mais verossímil em que dois ou mais Estados possuam arsenais nucleares, a superioridade pode ser atingida por meio da capacidade de lançamento de um primeiro ataque devastador, capaz de destruir toda a capacidade retaliatória (*second-strike capability*) do oponente, ou pela construção de um sistema eficaz de defesa antimísseis, o que tornaria o Estado invulnerável a um ataque nuclear. Ver, por exemplo, Mearsheimer, 2001.

³⁰ “1. *Nuclear coercion requires superiority*; 2. *Denial strategies are not useful in nuclear disputes*; 3. *Risk strategies can be successful in nuclear disputes*. 4. *Nuclear punishment should be effective but rare*.”.

fim, Pape julga ter selecionado somente casos em que as ameaças na coerção pudessem ser claramente identificadas. (Pape, 1996: 48-50)

Para facilitar a operacionalização de sua teoria, Pape argumenta ter testado apenas uma versão reduzida, restrita às hipóteses centrais a respeito do funcionamento da negação e da falha da punição em disputas convencionais, e dos resultados inversos esperados na contraparte nuclear. As variáveis independentes identificadas nos casos foram, por corolário, a *vulnerabilidade militar* e a *vulnerabilidade da população civil*, que Pape classificou, de acordo com critérios explicados (Pape, 1996: 50-1), como “baixa”, “média”, “alta” ou “muito alta”. Pape considerou estar diante de um novo caso sempre que constatava variações das vulnerabilidades durante uma mesma campanha, julgando haver um novo estado de coisas e uma nova possibilidade de teste. Como consequência, os 33 casos selecionados desdobram-se, na realidade, em 40 testes.

Especificamente, Pape afirma que a versão reduzida de sua teoria espera o sucesso da coerção mediante uma vulnerabilidade militar “alta” ou “muito alta”, ao passo que nem a exploração de uma vulnerabilidade populacional “alta” ou “muito alta” deveria ser capaz de produzir resultados significativos, a não ser em uma disputa nuclear. O resultado apresentado foi de 37 correspondências entre as expectativas da forma restrita da teoria e os casos analisados, de um total de 40 cruzamentos de dados (Pape, 1996: 52). Para Pape, uma corroboração robusta de suas hipóteses e segura contra eventuais resultados espúrios. Pape adotou uma forma binária de apuração dos resultados, em que apenas “sucesso” e “fracasso” da coerção foram considerados e comparados às expectativas derivadas de sua teoria.

Cinco dos eventos selecionados mereceram capítulos individuais, segundo Pape pela representatividade e singularidade de suas lições, resultando em cinco estudos de caso com detalhamento e operacionalização expressivos. São eles: a rendição do Japão (1944-5) e da Alemanha (1942-1945), a Guerra da Coréia (1950-1953), a Guerra do Vietnã (1965-1972) e a Guerra do Golfo (1991). O resultado foi um extenso material, que deve ser caro a estudiosos de cada um desses episódios militares e a trabalhos preocupados com a operacionalização das hipóteses de Pape e seu confronto com a empiria, o que não vem a ser o caso deste trabalho de dissertação em particular.

Um trabalho com o fôlego e a pretensão do de Pape dificilmente deixa de atrair numerosos críticos e seguidores. O caso aqui não foi diferente. A parte final deste capítulo pretende sumarizar os principais argumentos construídos para criticar a abordagem de Pape ou para avançar sobre ela. Não se pretende traçar um panorama

sistemático do estado da arte do debate originado, mas antes chamar a atenção para o que se despertou de mais significativo na literatura do campo. Sobretudo, como ficará claro ao final, trata-se aqui de ressaltar a negligência geral quanto ao problema essencial que interessa a este trabalho de dissertação – a separação lógica entre coerção militar e guerra feita por Pape-, atestando sua originalidade.

Ainda em 1995, portanto antes mesmo da publicação de BTW, Thomas Ehrhard (1995) já propunha avançar a partir da estrutura analítica utilizada por Pape. Sinteticamente, Ehrhard via pouca utilidade no formato:

“força → alvos → mecanismo → mudança política”

O autor acreditava que, assim, deixam-se de lado elementos essenciais para o planejamento e avaliação de uma campanha aérea. O aprimoramento proposto por Ehrhard poderia tomar a seguinte forma esquemática:

resultados políticos (na vítima, domésticos, em terceiros) → *mecanismo político* (na vítima, domésticos, em terceiros) → *ação aérea* (capacidades, alvos, táticas)

(Ehrhard, 1995: 20)

O início pelos resultados políticos é reflexo da inversão da visão, agora com foco no planejamento, que deve começar pelo que se quer. Ehrhard julga ainda que avaliar um curso de ação coercitivo apenas pela mudança política intencionada, como quer Pape, é insuficiente, na medida em que geralmente há resultados significativos sobre terceiros ou sobre o próprio perpetrador. (Ehrhard, 1995: 25-39) Por fim, Ehrard também acredita que a consideração dos alvos é vazia na ausência do entendimento dos procedimentos táticos necessários e das capacidades disponíveis. Tratou-se, em suma, de uma proposta de reestruturação da concepção das “estratégias de coerção” desenvolvida por Pape, com claros desdobramentos sobre sua operacionalização, sugerindo um detalhamento que conduz a uma análise necessariamente contextual.

Uma das reações diretas a BTW mais contundentes veio de Barry Watts (1997). Este autor se coloca duas perguntas acerca de Pape:

- (i) “pode um fenômeno confuso, intratável e contingente como a guerra ser adequadamente endereçado por uma teoria preditiva e quase-matemática [...]?”³¹; e
- (ii) “será a teoria da coerção militar proposta pelo livro capaz de resistir a um escrutínio aproximado com base nos seus próprios termos?” (Watts, 1997: 117)³²

A primeira indagação, portanto, é de cunho epistemológico e questiona a aplicação do método científico e generalista a um fenômeno político. A segunda se dispõe a aceitar as regras do jogo de Pape e a verificar se sua abordagem resiste a uma análise de acordo com suas próprias premissas. Watts conclui negativamente em ambos os casos. No primeiro, ele julga ser um erro a aplicação de critérios quantitativos e cientificistas a fenômenos não-lineares, irregulares e imprevisíveis como a guerra e a política internacional. (Watts, 1997: 118-123)

Sua crítica no segundo caso, que vai ao coração da obra, é mais extensa. Sumariamente, Watts critica a ausência de testes à teoria completa de Pape e o modo de operacionalização de sua forma restrita, particularmente nas gradações de vulnerabilidade e no resultado binário de fracasso/sucesso da coerção. Além de dificilmente corresponder à complexidade dos eventos, conclui Watts, a simplicidade e arbitrariedade das variáveis lançam séria dúvida sobre o valor dos resultados. Watts afirma, por exemplo, que das 99 variáveis criadas por Pape para os seus 33 casos – vulnerabilidade militar, vulnerabilidade populacional e sucesso/fracasso da coerção para cada um -, é necessário alterar apenas 5 para que a vulnerabilidade populacional tenha a mesma vantagem que a vulnerabilidade militar sobre o mero acaso ou distribuição aleatórias dos resultados. (Watts, 1997: 141-144)

Warden III, diretamente implicado na discussão de Pape, também não tardou a responder (Warden III, 1997). Sua posição é a de que Pape se inclui na categoria de perpetradores de antigos mitos, com destaque para a crença de que “ataques estratégicos” não funcionam. Para Warden III, isso equivale a distorcer o real propósito com que se conduzem guerras e a entrar num mundo em que a destruição das forças armadas do oponente é só o que importa, postura que o autor julga ser fruto do legado

³¹ “[C]an the messy, intractable, contingent phenomena of actual war be adequately addressed by a quasimathematical, predictive theory [...]?”.

³² “[C]an the book's theory of military coercion withstand close scrutiny considered on its own terms?”.

de Clausewitz. (Warden III, 1997: 173) Pensar em ataques estratégicos, segue o argumento, significa tratar da raiz do problema, que deve ser forçar o oponente a uma paz: “[a] concepção do ataque estratégico é muito simples: a preservação de seu território é a função mais importante de um estado, e estados têm historicamente feito todo o necessário para garantir sua sobrevivência”. (Warden III, 1997: 173)³³ A crítica de Warden III, portanto, assume a forma de defesa abstrata da concepção do bombardeio estratégico, recorrendo ao seu apelo lógico. Não há preocupação em rebater as evidências empíricas oferecidas por Pape nem em oferecer contra-evidências. Ademais, Warden III se esquece de Pape e procura apresentar seu sistema de cinco anéis concêntricos para a condução de campanhas aéreas, afirmando sua lógica interna.

Pape responde a Watts e a Warden III conjuntamente (Pape, 1997c). Watts é considerado um caso extremo da corrente interpretativista da filosofia do conhecimento, porém numa versão enfraquecida, conforme resume a seguinte passagem:

A versão de Watts, entretanto, é menos poderosa do que poderia ser porque exagera e distorce substancialmente até onde o *Bombing to Win*, e as ciências sociais modernas em geral, pressupõem regularidade perfeita nos relacionamentos sociais. (Pape, 1997c: 196)³⁴

Em síntese, Pape argumenta que suas pretensões científicas não pressupõem a utilização de modelos quase-matemáticos, mas antes o emprego do método científico. No que respeita às críticas ao mérito interno da abordagem, Pape defende seus dados e sua operacionalização, rebatendo qualquer possibilidade de alteração das variáveis consideradas para sua análise. Já a disputa com Warden III, que Pape entende em termos do valor relativo do emprego “estratégico” da força aérea e de sua aplicação para neutralizar as forças combatentes oponentes, Pape considera resolvida com o reconhecimento de Warden III, falando da Guerra do Golfo, de que “a negação baseada no poder aéreo no teatro de operações e para apoio terrestre foi suficiente para atingir o objetivo central da guerra [...]”. (Pape, 1997c: 212)³⁵ Em síntese, Warden III é apontado como um doutrinário, comprometido com a defesa de “ataques estratégicos” pela sua

³³ “The concept of strategic attack is very simple: preservation of the homeland is the most important function of a state, and states have historically done whatever was necessary to ensure survival.”

³⁴ “Watts's version, however, is less powerful than it might be because it substantially exaggerates and misrepresents the extent to which *Bombing to Win*, and modern social science generally, assume perfect regularity in social affairs”.

³⁵ “[D]enial based on ground and theater air power [was sufficient to achieve the central objective of the war [...]”.

promessa abstrata, ao mesmo tempo em que é forçado a reconhecer empiricamente a superioridade que Pape atribui aos ataques de negação.

Karl Mueller oferece uma extensa reflexão sobre a discussão de Pape, oscilando entre méritos e fraquezas de sua obra (Mueller, 1998). O autor destaca como ponto alto de Pape o foco no mecanismo dentro de sua estrutura analítica, ou seja, a consideração de como os cursos de ação podem produzir os resultados políticos desejados. Os problemas começam a aparecer, para Mueller, no tratamento oferecido às “estratégias de coerção”:

As fraquezas e omissões da taxonomia coercitiva de Pape são menos o resultado da utilização de uma equação enganosa ou do mau uso de uma boa que do foco excessivo na classificação de teóricos do passado e da escassa exploração das variedades mais amplas de estratégias que podem ser empregadas no futuro. (Mueller, 1998: 190)³⁶

Em resumo, Mueller acredita que a matriz de emprego de recursos aéreos que orientou o estudo de Pape faz parte de uma tradição antiga, que não reflete eficazmente o potencial de um novo estado da técnica para o emprego futuro. Adicionalmente, Mueller também sugere que a abordagem binária utilizada por Pape na avaliação de resultados possivelmente não seja a mais relevante. No lugar de pensar exclusivamente em sucesso ou fracasso da coerção, Mueller julga mais apropriado avaliar as ações em termos de utilidade e viabilidade, ou de contribuições potenciais, mesmo diante de sua eventual insuficiência para produzir independentemente os resultados. Para o autor, essas mudanças de foco permitiriam a criação de cursos de ação mais completos e não vislumbrados por Pape, com formas híbridas, principalmente com elementos de punição e de negação. (Mueller, 1998: 218-221)

Finalmente, outro problema apontado reside na restrição metodológica de que todos os casos analisados apresentassem interesses centrais em disputa. Para Mueller, isso questiona a validade das conclusões de Pape, particularmente quanto aos efeitos da punição, em crises que envolvam interesses mais triviais. Não obstante, Mueller se declara de acordo com as conclusões gerais da obra. Nas suas próprias palavras, “[a] defesa que Pape faz da negação como estratégia coercitiva é forte” e “o argumento

³⁶ “The weaknesses and omissions in Pape's coercive taxonomy are less a result of using a flawed equation or misusing a good one than of focusing too heavily on classifying the theorists of the past and too little on exploring the broader variety of strategies that might be employed in the future”.

teórico de que ela é necessária para o sucesso da coerção na presença de interesses vitais é poderoso [...]”. (Mueller, 1998: 203)³⁷

Byman, Waxman e Larson, diferentemente dos anteriores, abraçam a agenda e se dispõem a contribuir com um estudo próprio (Byman, Waxman e Larson, 1999). Aqui, o pano de fundo foi contextual e o foco foram as ameaças e contingências potenciais que possam envolver interesses fundamentais dos EUA. Os autores identificaram e discutiram três constrangimentos ao funcionamento da coerção inerentes à posição particular norte-americana, quais sejam: regime doméstico democrático, ações de coalizão e a natureza de atores não-estatais.

De seu estudo depreendem-se também as condições para o funcionamento da coerção. A primeira os autores chamaram de *dominância de escalada*, definida como “a habilidade de aumentar os custos, ao mesmo tempo em que se nega ao adversário a capacidade de neutralizá-los ou de contra-escalar”. (Byman, Waxman e Larson, 1999: 31)³⁸ A segunda, afinada com Pape, diz respeito à capacidade de ameaçar a postura militar do adversário para resguardar o objetivo político em disputa. (Byman, Waxman e Larson, 1999: 37-8) Por fim, valoriza-se a possibilidade de maximizar alguma ameaça ao adversário oferecida por um terceiro ator, doméstico ou externo. (Byman, Waxman e Larson, 1999: 39-42) Os autores concluem pelos atributos naturais de uma força aérea para influenciar decisivamente cada uma das três condições, porém notam que o emprego aéreo em condições desfavoráveis não só pode conduzir ao fracasso, mas também compromete a utilidade desse instrumento no futuro, quando condições mais favoráveis possam estar presentes. (Byman, Waxman e Larson, 1999: 129-138)

Escrevendo ainda sobre as lições da campanha aérea em Kosovo - portanto valendo-se de uma experiência não contemplada por Pape - Byman e Waxman (2000) lamentam o estado do debate acerca do potencial coercitivo de forças aéreas, conforme sugere o trecho a seguir:

Infelizmente, o debate atual sobre a efetividade do poder aéreo mais confunde do que ilumina. [...] O poder aéreo é como qualquer outro instrumento da política estatal. Em vez de perguntar se ele pode coagir sozinho, as perguntas importantes são: como ele pode contribuir para

³⁷ “Pape’s case for denial as a coercive strategy is strong” [...] “the theoretical argument that it is necessary in order for coercion to succeed over vital interests is powerful [...]”.

³⁸ “[T]he ability to increase the costs while denying the adversary opportunity to neutralize those costs or counterescalate”.

o sucesso da coerção, e sob que condições suas contribuições são mais eficazes? (Byman e Waxman, 2000: 6)³⁹

A respeito do debate geral acionado por Pape, Byman e Waxman propõem modificações na maneira como o fenômeno da coerção deve ser apreendido. Em primeiro lugar, os autores julgam haver quase sempre um processo dinâmico de coerção e contrac coerção, em que ambos os lados em disputa tentam manipular os cálculos do outro, sem cuja consideração qualquer análise seria incompleta. (Byman e Waxman, 2000: 9-11) Em complemento, os autores apelam para um olhar que considere sinergicamente todos os elementos em atuação, no lugar da apuração do efeito independente de cursos de ação específicos. (Byman e Waxman, 2000: 11-13) Essa foi uma crítica direta ao teste empírico de Pape, que buscou apurar separadamente os efeitos dos distintos cursos de ação perseguidos nos casos estudados. Por fim, Byman e Waxman se juntam a Watts e Mueller no coro de condenação ao tratamento binário dos resultados possíveis de campanhas coercitivas, atestando tratar de contextos mais complexos do que sugerem as noções de sucesso e fracasso. (Byman e Waxman, 2000: 13-14)

Michael Horowitz e Dan Reiter também assumem a discussão e acreditam avançar para além de onde Pape a deixou (Horowitz e Reiter, 2001). Os autores propõem um estudo de todos os casos de coerção pelo emprego de força aérea de 1917 a 1999. Três principais hipóteses são testadas:

- (i) “tentativas de coerção aérea têm mais chances de funcionar se explorarem vulnerabilidades militares no lugar de vulnerabilidades civis”;
- (ii) “o tipo de regime político do alvo influencia as chances de sucesso”; e
- (iii) “o sucesso é menos provável se o atacante demandar que o alvo mude sua liderança”. (Horowitz e Reiter, 2001: 147)⁴⁰

Os autores afirmam ter corroborado com robustez a primeira hipótese, confirmando as expectativas de Pape. A terceira hipótese também foi corroborada, relacionando

³⁹ “Unfortunately, the current debate over air power’s effectiveness confuses more than it enlightens. [...] Air power is like any other instrument of statecraft. Instead of asking if air power alone can coerce, the important questions are: how can it contribute to successful coercion, and under what circumstances are its contributions most effective?”

⁴⁰ “[A]ir Power coercion attempts are more likely to work if they exploit military rather than civilian vulnerabilities”; “the regime type of the target affects the chances of success”; “success is less likely if the attacker demands that the target change its leadership”.

demandas de mudança de regime a maiores dificuldades de se produzir a coerção. A segunda hipótese foi a única que não teve corroboração, o que sugere baixa correlação entre natureza do regime político e propensão à coerção.

Além de fundamentar as descobertas de Pape, Horowitz e Reiter julgam ter avançado em alguns sentidos. Há, em primeiro lugar, as hipóteses adicionais testadas. Aumentaram-se também os casos, tanto os referentes ao período não coberto por Pape, a partir de 1991, quanto casos anteriores que não figuraram nos dados de BTW. Somaram-se, no total, 57 casos. Por último, os autores afirmaram ter usado algumas variáveis de controle - o emprego complementar de forças terrestres e navais, a existência de sanções econômicas, a posse de armamentos nucleares pelo atacante e o grau de industrialização do estado alvo. Desses fatores, apenas o grau de industrialização não foi estatisticamente significativo. (Horowitz e Reiter, 2001: 159)

Para finalizar, deve-se considerar o trabalho de Patrick Bratton (2003), estudioso interessado especificamente no conjunto da obra de Pape. Bratton avança duas críticas gerais que acredita comprometer a investigação de Pape. De um lado, acusa Pape de empregar parâmetros diferentes para julgar casos de coerção por negação e de coerção por punição. De outro, recuperando Mueller e Byman e Waxman, Bratton apregoa que deve haver uma separação entre efetividade e utilidade.

O primeiro problema parece brotar de uma premissa que, para Bratton, encontra-se subjacente à discussão de Pape: “estratégias de punição e sanções só funcionam quando elas, por si sós, são capazes de alterar o comportamento do alvo”. (Bratton, 2003: 366)⁴¹ Assim, o critério para a efetividade de ações punitivas para Pape, acredita Bratton, é o da produção independente de resultados, quando nem as campanhas aéreas de negação funcionam isoladamente. O segundo problema decorre do primeiro. As “estratégias de coerção” são instrumentos que podem ser usados em função das circunstâncias e, possivelmente, de forma combinada. Apurar sua utilidade é mais relevante, conclui Bratton, do que sua efetividade isolada. (Bratton, 2003: 366-7)

A constelação de contribuições na esteira acionada por Pape, de críticas e respostas, de propostas e contrapropostas, poderia se estender um pouco mais. No entanto, sem alterar significativamente o quadro geral que se desejou pintar anteriormente. Viu-se que não foram poucos os elementos do empreendimento de Pape que receberam atenção e originaram esforços próprios, de refutação ou de corroboração.

⁴¹ “[P]unishment strategies and sanctions only work when they themselves cause a target to change its behavior”.

É do interesse direto deste trabalho de dissertação o reconhecimento de que não houve questionamento do mérito essencial da empreitada de Pape, com exceção de Watts (1997), para quem fenômenos políticos e sociais não se conformam a abordagens científicas lineares. Em outras palavras, não se questionou a adequação do tratamento distintivo da coerção militar como merecedora de uma lógica própria no interior do fenômeno bélico.

A noção de que a coerção militar é uma alternativa menos custosa à guerra concreta é a rationale para o tratamento que Pape dá ao tema, sem a qual não faria sentido separar o ato de coagir do de conduzir uma guerra. A não identidade essencial e lógica entre coerção e guerra é o que legitima os esforços intelectuais representados em BTW. Confrontar essa noção é algo que requer uma abordagem científica que tenha como objeto o fenômeno bélico em sua integralidade, que identifique seus elementos definidores e o relacionamento entre eles. No campo dos Estudos Estratégicos, trata-se da teoria derivada da obra de Carl von Clausewitz.

3– Clausewitz e a Teoria da Guerra

O propósito do presente capítulo é extrair alguns elementos centrais da teoria da guerra derivada da mais sólida investigação do fenômeno bélico: o *On War* (1993)⁴² de Carl von Clausewitz. Particularmente, interessa aqui o entendimento com base em Clausewitz do que seja a guerra e das formas que ela pode assumir na realidade. Como ficará claro no capítulo seguinte, de considerações finais, esse entendimento permitirá concluir que (i) coerção militar é guerra em sua essência, *mesmo quando a força é apenas ameaçada*, e que (ii) o sucesso da coerção, da forma proposta por Pape, nada mais é do que a expressão de uma guerra limitada, uma das duas formas que a guerra pode assumir na realidade.

O estudo do Da Guerra apresenta imediatamente um problema. Seu autor morreu sem terminá-lo e, mais importante, antes que pudesse revisar todas as partes à luz de seu entendimento mais refinado, adquirido ao final de sua vida. (Diniz, 2002: 56-69) Isso significa que algumas partes da obra foram revisadas com base no estágio final do pensamento de Clausewitz, enquanto outras continuaram a pertencer a um estágio anterior. O estabelecimento de critérios para a leitura do Da Guerra e, principalmente, para a resolução de inconsistências internas é, portanto, indispensável. Diniz (2002) se propôs a enfrentar sistematicamente essa questão e a resolução proposta por ele é a seguida por este trabalho de dissertação. De acordo com ele, representam o estágio final do pensamento de Clausewitz os capítulos 1 e 2 do livro I (I-1 e I-2), os quatro capítulos finais do livro VI (VI-27, VI-28, VI-29 e VI-30), o livro VII e o livro VIII, sendo que, na presença de eventuais inconsistências entre essas partes, os capítulos I-1 e I-2 têm precedência sobre todos os demais. Isso posto, é relevante ressaltar que as idéias de Clausewitz necessárias para a sustentação da tese defendida por este trabalho de dissertação pertencem, conforme os critérios adotados, ao estágio mais avançado do seu pensamento.

Clausewitz foi o primeiro a dar um tratamento verdadeiramente científico ao fenômeno da guerra, rompendo com a tradição de elaboração de manuais de conduta na guerra e de regras para a vitória⁴³. Clausewitz se propunha a entender a guerra em sua

⁴² Trata-se da edição traduzida por Peter Paret e Michael Howard, usada aqui para a extração de referências diretas. Referir-se-á ao “Da Guerra”, como é traduzido para o português, como a obra em geral.

⁴³ A respeito de Jomini, contemporâneo de Clausewitz e seu principal rival intelectual, pertencente ainda à tradição prescritiva de princípios e regras para o sucesso na guerra, ver Brinton, Craig e Gilbert, 1943;

integralidade e complexidade, identificando seus elementos definidores e o relacionamento entre eles. Para tanto, o método utilizado por Clausewitz não foi estranho ao empreendimento científico em geral. Na descrição de Proença Jr., Diniz e Raza (1998):

Assim, transparece aquilo que é o método científico clausewitziano: definir um conceito; extrair dele todas as suas conseqüências lógicas; verificar se e como essas conseqüências lógicas são respaldadas pela realidade, tomando a realidade como critério de validade; incorporar as diferenças com a realidade à formulação teórica, agregando ao conceito puro todas as determinações que a realidade impõe. (Proença Jr, Diniz e Raza, 1998: 78)

Indo por partes, Clausewitz partiu de uma concepção abstrata de guerra, que captasse a sua essência. Para Clausewitz, essa essência é a luta, o embate físico entre duas partes, uma tentando submeter a outra e deixá-la incapaz de resistir. Nasceu um conceito aparentemente simples, mas em cujos desdobramentos reside a gênese da ciência do bélico: “[a] guerra é portanto um ato de força para compelir nosso oponente⁴⁴ a fazer a nossa vontade”. (Clausewitz, 1993: 83)⁴⁵ Os termos centrais do conceito clausewitziano de guerra são “ato de força”, “compelir” e “nossa vontade”. (Proença Jr. e Diniz, 2006) O “ato de força” delimita o fenômeno em termos de seus *meios* – a força -, separando-o de outras manifestações em que meios exclusivamente não-violentos sejam empregados. “Compelir” indica a necessidade de dobrar o oponente, obrigá-lo a algo a que ele naturalmente se opõe. E “nossa vontade” diz respeito ao objeto de toda a ação, o motivo que levou ao emprego do meio força e que causou a oposição do outro, que por isso mesmo se tornou um oponente.

O passo seguinte da investigação empreendida por Clausewitz foi derivar os desdobramentos lógicos do seu conceito de guerra. O resultado foi o que Clausewitz denominou de “três interações”, que logicamente deveriam conduzir ao exercício irrestrito e extremo da violência na guerra. A primeira delas advém da caracterização da

Shy, 1986; e Proença Jr., Diniz e Raza, 1998. A respeito de outros autores importantes, antes e depois de Clausewitz, que também se propuseram a identificar princípios e regras para a vitória na guerra, ver Earle (Ed.), 1943; e Paret (Ed.), 1986.

⁴⁴ Uma observação é necessária. Empregou-se o termo “opponente” no lugar de “inimigo” (*enemy*), utilizado por Paret e Howard. Acreditamos que o termo “inimigo” é inadequado e a razão para esse julgamento é a distinção feita por Clausewitz entre *intenção* hostil e *sentimento* hostil. Enquanto a intenção hostil está necessariamente ligada à guerra, implícita no emprego da força contra o outro, o sentimento hostil não pertence intrinsecamente ao fenômeno. Por essa razão, optou-se pela neutralidade do termo “opponente”, que traduz unicamente a idéia de oposição. Essa observação vale para todo o capítulo.

⁴⁵ “War is thus an act of force to compel our enemy to do our will”.

guerra como um “ato de força”. Para Clausewitz, não há limite lógico ao emprego da força e aos esforços para destruir o oponente. Diante disso, se um lado moderar deliberadamente seus esforços e o outro não, o primeiro se veria em desvantagem e correria o risco de sofrer uma derrota. Uma vez que ambos os lados saibam disso, a tendência é a da aplicação mútua do máximo de força disponível. (Clausewitz, 1993: 83-5)

A segunda interação nasce do imperativo mais natural que, para Clausewitz, surge de uma confrontação armada: desarmar o oponente e deixá-lo incapaz de seguir lutando. Na medida em que esse imperativo vale para os dois lados, colocar-se-ia a cada um a necessidade de desarmar o outro antes que ele próprio seja desarmado. Portanto, mais uma vez a tendência ao emprego extremo e irrestrito da força se manifestaria. (Clausewitz, 1993: 85-6)

A terceira e última interação advém da necessidade de superar o poder de resistência do oponente, mediante um cálculo que considere os meios à sua disposição e a força de sua vontade. O outro lado procederá da mesma forma, engendrando um relacionamento competitivo que só poderia resultar no máximo dispêndio de todos os meios à disposição. (Clausewitz, 1993: 86)

Das “três interações”, desdobradas logicamente do conceito de guerra como um ato de força para obrigar o outro a fazer a nossa vontade, deriva o tipo de guerra conceitual, ou “guerra no papel”, que Clausewitz caracteriza como uma *guerra absoluta*. A guerra seria absoluta porque se daria num gigantesco espasmo de violência, um choque único de todo o montante de energia e recursos mobilizáveis pelos contendores. Não poderia ser diferente se somente as dinâmicas e interações previstas pelo conceito estivessem em jogo.

A relação estreita de Clausewitz com a ciência tem origem no terceiro passo de sua construção, quando o autor vira os olhos para a realidade e se propõe a analisar a história das guerras. A honestidade com que Clausewitz empreendeu seu estudo não lhe permitia deixar escapar uma conclusão muito clara: as guerras reais diferiam e muito da forma absoluta prevista conceitualmente. Três diferenças marcantes se impunham: (i) a guerra na realidade nunca é um ato isolado, à parte do contexto político que envolve os dois lados em conflito; (ii) a guerra na realidade não consiste num único choque instantâneo, em que toda a parada é decidida; e (iii) os resultados das guerras reais nunca são finais. (Clausewitz, 1993: 87-9) Diante disso, Clausewitz tinha duas saídas. A primeira era fiar-se na superioridade lógica da guerra conceitual ou absoluta, relegando

como aberrações ou imperfeições as guerras que eram conduzidas na prática. A segunda, assumida por Clausewitz e em conformidade com os preceitos científicos, era empreender uma profunda análise dos elementos responsáveis pela discrepância e incorporá-los teoricamente.

Em síntese, a anomalia essencial que se impunha a Clausewitz era a existência de pausas na condução das guerras. De fato, Clausewitz constatou, curiosamente – porque frontalmente contrário às expectativas da forma conceitual de guerra –, que as pausas são a regra, não a exceção, no desenrolar das guerras reais. O desafio lógico das pausas na guerra é que, à primeira vista, os interesses dos contendores nunca deveriam se coincidir no que respeita aos momentos de ação e de inação. Em outras palavras, quando a um lado conviesse esperar por uma ocasião mais favorável para um enfrentamento, ao outro naturalmente conviria tomar a iniciativa e evitar que as condições mais favoráveis se produzissem para o seu oponente. O resultado deveria ser uma seqüência ininterrupta de enfrentamentos até a decisão final, aproximando a guerra de sua manifestação absoluta.

A explicação definitiva de Clausewitz para a ocorrência de pausas na guerra pertence ao estágio mais maduro e avançado do seu pensamento. Devem-se considerar, a esse respeito, duas conclusões essenciais: (i) não há uma polaridade verdadeira entre o ataque e a defesa, sendo antes duas formas qualitativamente distintas de guerra; e (ii) a defesa é intrinsecamente mais forte do que o ataque. (Clausewitz, 1993: 94-5)

A polaridade existente entre o ataque – o lado que toma a iniciativa e deseja alterar o status quo – e a defesa – o lado cujo propósito é resistir à vontade do atacante e manter o status quo – se dá apenas na dimensão política e no resultado buscado na guerra. O atacante possui o propósito político *positivo* e busca alterar a situação, ao passo que o defensor carrega o propósito *negativo* e está comprometido com a manutenção do estado vigente de coisas. A polaridade aí é evidente. Da mesma forma, cada lado almeja atingir seu propósito por meio de uma vitória na guerra, que implica necessariamente uma derrota para o seu opositor. Aqui também a noção de polaridade se apresenta sem dificuldades.

Entretanto, Clausewitz chegou à conclusão de que não há polaridade no *relacionamento* entre ataque e defesa, que constituem formas qualitativamente distintas de condução da guerra. A distinção nasce da situação específica em que está colocado o defensor, simplesmente por ser o defensor, e que Proença Jr. e Diniz (2006: 14-5) resumem como sendo as vantagens da *espera* e da *posição*. A vantagem da espera

deriva do propósito negativo do defensor, para quem o sucesso é garantido simplesmente se a situação permanecer do jeito que está. Cabe ao atacante agir e mudar as coisas para que seu propósito positivo seja atingido, caso contrário o defensor prevalece. A vantagem da posição se refere ao fato de que a situação do defensor lhe permite utilizar alguns recursos de força negados ao atacante, a saber, os recursos *imóveis*: terreno, barreiras naturais, fortificações etc. Em suma, enquanto o atacante deve contar exclusivamente com suas forças móveis, deslocadas para enfrentar o defensor, o defensor pode utilizar uma série de recursos imóveis de seu território que potencializam sua força. (Proença Jr. e Diniz, 2006: 14-5) Isso significa imediatamente que uma guerra travada nos moldes absolutos, como preveria o conceito de guerra, apresentaria uma desvantagem para o defensor, que não poderia empregar instantaneamente todos os recursos à sua disposição. Com isso, é natural que o defensor não queira buscar uma decisão por meio de um único e gigantesco embate, mas que busque utilizar seus recursos de forma seqüenciada, valendo-se da vantagem inerente à sua posição.

A segunda conclusão, correlata à primeira, é a de que a defesa é a forma intrinsecamente mais forte de guerra. Nas palavras de Clausewitz: “[e]stou convencido de que a superioridade da defesa (se corretamente compreendida) é muito grande, bem maior do que parece à primeira vista”. (Clausewitz, 1993: 95)⁴⁶ A razão para isso é que as próprias dinâmicas impostas para o ataque e para a defesa produzem o gradual enfraquecimento do primeiro e o progressivo fortalecimento da segunda. Os fatores que geram o enfraquecimento gradual do ataque são apresentados por Clausewitz em alguns capítulos do livro intitulado *O Ataque*⁴⁷ (VII-4, VII-5 e VII-22) e são sintetizados por Diniz (2002) da seguinte forma:

Os enfrentamentos travados com as vantagens da defesa produzirão perdas ao atacante. Além disso, na medida em que o ataque avança, ele vai adentrando terreno hostil – o que implica que, para poder explorar os recursos da área ocupada, ele terá que destacar forças para permiti-lo, forças que serão subtraídas aos enfrentamentos com o defensor que se seguirão; vai estendendo suas linhas de comunicação, expondo-as ao contra-ataque inimigo – e portanto tem que destacar forças para protegê-la, forças essas que serão também subtraídas dos futuros embates; vai se distanciando das fontes de reforços –

⁴⁶ “I am convinced that the superiority of the defensive (if rightly understood) is very great, far greater than appears at first sight”.

⁴⁷ *The Attack*, em Clausewitz, 1993.

dificultando a chegada de novas forças, que poderiam recompor suas forças para os enfrentamentos posteriores. (Diniz, 2002: 112)

Ou seja, por deter o propósito positivo e ser obrigado a agir e buscar uma decisão, o ataque se expõe a um processo de exaustão progressiva de sua força. A defesa, de sua parte, atravessa um processo contrário. Ao recuar, tentando impor algumas perdas ao atacante em enfrentamentos favoráveis, o defensor se aproxima de sua fonte de suprimentos e reforços; encurta suas linhas de comunicação; encontra uma população solidária, que pode vir até a participar da luta como milícia; ganha em vontade e disposição, à medida que vê seu território sendo ocupado pelo atacante; e seus revezes tendem a lhe render aliados em função da lógica da balança de poder. (Clausewitz, 1993: 445-50)

A despolarização do relacionamento entre ataque e defesa e a superioridade intrínseca da defesa explicam, sem contradição, a existência de pausas na condução de guerras: um lado, ou ambos, dada a dimensão momentânea de suas forças, podem ser fortes o suficiente para se defender, porém fracos demais para atacar. De acordo com Clausewitz, “temos de perguntar se a vantagem de *adiar uma decisão* é tão grande para um lado quanto a vantagem da *defesa* é para o outro”. (Clausewitz, 1993: 94)⁴⁸

Explicado teoricamente o fato de que as guerras reais ocorrem de forma seqüenciada, com períodos alternados de ação e de inação, é importante salientar as implicações disso para as considerações e decisões na guerra. Na medida em que as guerras consistem numa série de combates, há naturalmente considerações e decisões sobre como travar cada combate individual e sobre o valor e a importância de cada combate à luz do que se busca na guerra. Ao primeiro grupo de considerações e decisões Clausewitz dá o nome de *tática*, ou o uso da força no combate; ao segundo Clausewitz dá o nome de *estratégia*, ou o uso dos combates (ou de seus resultados) para a consecução do propósito da guerra. (Proença Jr e Diniz, 2006: 8) Perceba-se que a diferença entre tática e estratégia só faz sentido porque as guerras não são decididas em um único embate, como na guerra absoluta. Nesse caso, só estariam presentes considerações e decisões táticas, ou sobre o emprego das forças no combate.

Um terceiro grupo de considerações e decisões que estão presentes em toda a guerra recebe a designação geral de *política* e será explorado mais detidamente

⁴⁸ “[W]e must ask whether the advantage of *postponing a decision* is as great for one side as the advantage of *defense* is for the other”.

abaixo⁴⁹. Antes, contudo, é necessário salientar uma conclusão importante derivada das considerações e decisões táticas e estratégicas. Qualquer que seja o propósito da guerra – o objetivo concreto da aplicação da força, com o qual se acredita ser possível alcançar o objetivo político da guerra – só existe um meio para atingi-lo: o combate. O combate é a atividade central da guerra, a condição de possibilidade para a soma dos resultados estratégicos conducentes ao propósito político da guerra. Ou seja, é do que as forças de um lado podem produzir sobre as forças do outro que depende qualquer resultado que se possa produzir na guerra. Nas palavras de Clausewitz, “é inerente ao próprio conceito de guerra que tudo o que ocorre *deva derivar originalmente do combate*”. (Clausewitz, 1993: 108)⁵⁰

A centralidade do combate na guerra é tamanha que se faz presente mesmo quando o combate não ocorre concretamente. Essa é uma das conclusões mais contra-intuitivas de Clausewitz: a antecipação de um combate pode produzir resultados, mesmo se ele não vier a acontecer de fato. Um lado que abandone uma posição ou se renda sem combater, por exemplo, não foi menos influenciado pelo combate do que um que tenha combatido e sido forçado a abandonar sua posição ou a se render. Ele apenas antecipou o resultado do combate, travando-o mentalmente, e agiu em função do resultado esperado. Apesar de *virtual*, como escolheram chamar Proença Jr. e Diniz (2006: 5), esse tipo de combate tem um efeito real sobre o estado de coisas na guerra. De acordo com a constatação inequívoca de Clausewitz:

O combate é a única força efetiva na guerra; sua meta é destruir as forças oponentes como meio para um fim mais distante. Isso se mantém mesmo se de fato não ocorrer luta alguma, porque o resultado reside na suposição de que se ele viesse a lutar, o oponente seria destruído. (Clausewitz, 1993: 110)⁵¹

Retomando o que se mencionou por alto anteriormente, o terceiro elemento central da definição de guerra – “nossa vontade” – revela o seu caráter instrumental. A guerra é um meio, não um fim em si mesma, e seu fim é a concretização da nossa

⁴⁹ Para uma concepção de *logística* – condições materiais de possibilidade das forças combatentes, abrangendo sua criação, deslocamento e sustentação - derivada de Clausewitz e defendida como um quarto grupo de considerações e decisões que permeiam a guerra, ao lado de tática, estratégia e política, ver Proença Jr. e Duarte, 2005.

⁵⁰ “[It] is inherent in the very concept of war that everything that occurs *must originally derive from combat*”.

⁵¹ “Combat is the only effective force in war; its aim is to destroy the enemy’s forces as a means to a further end. That holds good even if no actual fighting occurs, because the outcome rests on the assumption that if it came to fighting, the enemy would be destroyed”.

vontade, à qual se opõe a vontade do oponente, que precisa ser dobrada. A guerra nasce, portanto, de um conflito de vontades entre dois lados. A essa interação entre os objetivos de dois lados, ou à situação em que as vontades de um lado se esbarram nas vontades de outro, é que se pode entender amplamente como *política*. Clausewitz propõe, assim, uma definição complementar e mais precisa de guerra: “a guerra é meramente a continuação da política por outros meios”. (Clausewitz, 1993: 99)⁵²

Os relacionamentos políticos não são sempre violentos, entretanto, como mesmo uma olhadela para a história poderia demonstrar. A guerra é, portanto, apenas uma das manifestações que as disputas políticas podem tomar, distinta das demais pelo acréscimo de seu instrumento próprio e definidor – a força. Desse modo, mesmo que a guerra seja apenas um dos meios à disposição da política, a política é sempre a motivação que está por trás de toda e qualquer guerra. Para Clausewitz, “[q]uando comunidades inteiras vão à guerra – povos inteiros, e especialmente povos *civilizados* – a razão sempre reside em alguma situação política, e a ocasião é sempre devida a algum objeto político”. (Clausewitz, 1993: 98)⁵³

Considere-se agora mais uma tendência prevista pelo conceito de guerra que é afastada pelas imposições da interação entre ataque e defesa. Como se viu, a guerra absoluta, desdobrada logicamente do conceito de guerra como um ato de força para obrigar o outro a fazer nossa vontade, consistiria num choque instantâneo de toda a força mobilizada pelos dois lados. Isso teria ainda uma conseqüência importante: a tendência ao deslocamento do propósito político pelo propósito de guerra. A guerra absoluta ou conceitual continuaria sendo um fenômeno político, motivado por uma disputa política, mas durante a sua execução a política sairia de cena e a guerra assumiria uma lógica própria. Independentemente da natureza do objetivo político da guerra, da sua importância e do seu valor, tudo o que importaria é prevalecer no gigantesco e imoderado espasmo de violência que teria lugar. Em outras palavras, a guerra, após ser acionada pela política, assumiria totalmente o controle e só o devolveria quando o resultado já tiver sido produzido.

Ora, se as guerras reais deixam de ser absolutas, por conta do relacionamento entre ataque e defesa, e passam a ser constituídas por uma série de eventos temporalmente espaçados, o deslocamento da política pelo propósito de guerra não mais

⁵² “War is merely the continuation of policy by other means”.

⁵³ “When whole communities go to war – whole peoples, and especially *civilized* peoples – the reason always lies in some political situation, and the occasion is always due to some political object”.

precisa acontecer. Isso significa que a política pode voltar à cena após o início das hostilidades e reavaliar suas considerações com base nos desdobramentos observados. A política, em conclusão, não só determina o recurso à guerra, mas permeia o fenômeno em toda a sua extensão: “[v]emos, portanto, que a guerra não é meramente um ato político, mas um verdadeiro instrumento político, uma continuação do intercuro político, realizado com outros meios”. (Clausewitz, 1993: 99)⁵⁴ O retorno da política à guerra, forçado pela natureza da interação entre ataque e defesa, é a chave para o entendimento das formas que as guerras podem assumir na realidade e para a sua incorporação como formas teoricamente legítimas de guerra, ao que se passa a seguir.

Ao observar as guerras que ocorrem na realidade, Clausewitz concluiu que elas podem assumir duas formas distintas. Numa delas, o resultado buscado é a prostração total do oponente, sua redução a um estado tal de enfraquecimento que qualquer capacidade séria de resistência deixaria de existir. Para tanto, Clausewitz identifica três objetivos seqüenciais que se impõem: (i) a destruição das forças combatentes do oponente, no sentido de “colocá-las em tal condição que não possam mais seguir lutando”⁵⁵; (ii) a ocupação de seu território, para privá-lo dos recursos que poderiam viabilizar a constituição de novas forças combatentes; e (iii) a submissão de sua população, cuja vontade deve ser quebrada. (Clausewitz, 1993: 102) Por isso tudo, essa forma de guerra merece a designação de *ilimitada*, ainda que o termo não tenha sido empregado por Clausewitz⁵⁶. Clausewitz se refere a essa forma de guerra como aquela “designada para conduzir à derrota total do oponente”. (Clausewitz, 1993: 746)⁵⁷

As guerras ilimitadas pareciam se encaixar melhor nos moldes da guerra ideal, ou derivada conceitualmente, e se impunham a Clausewitz pela recente experiência das guerras de Napoleão à frente da França Revolucionária. Contudo, a honestidade do estudo empreendido por Clausewitz mais uma vez não lhe permitia ignorar um importante aspecto da realidade: existe outra forma de guerra, bem mais comum na historiografia do bélico anterior a Napoleão, e que de maneira alguma estava descartada para o futuro. Nessa segunda forma de guerra, o objetivo é buscado mediante um resultado aquém da prostração do oponente e da total destruição de sua capacidade de resistência. Essa constatação de Clausewitz é bem sintetizada pela seguinte passagem:

⁵⁴ “We see, therefore, that war is not merely an act of policy but a true political instrument, a continuation of political intercourse, carried on with other means”.

⁵⁵ “[P]ut in such a condition that they can no longer carry on the fight”.

⁵⁶ O termo é de Corbett, 1986.

⁵⁷ “Designed to lead to the total defeat of the enemy”.

Mas a meta de *desarmar o inimigo* (o objeto da *guerra abstrata*, o meio último de realização do propósito político da guerra, que deveria incorporar todo o resto) não é de fato sempre encontrada na realidade, e não precisa ser integralmente atingida como uma condição para a paz. De modo algum deve a teoria elevá-la ao nível de lei. (Clausewitz, 1993: 103)

O que Clausewitz quis dizer é que há guerras que não pressupõem que um lado seja inteiramente derrotado para que uma paz favorável seja alcançada. Isso transparece claramente nos casos em que uma derrota decisiva do oponente é irrealista, por ser ele substancialmente mais forte. (Clausewitz, 1993: 103) A história é repleta de exemplos em que um lado mais fraco fez prevalecer sua vontade política numa disputa armada contra outro mais forte. Essa seria uma impossibilidade nos moldes da guerra absoluta, onde o resultado seria decisivo e determinado pelo somatório de toda a capacidade dos contendores. Para um lado substancialmente mais fraco, procurar uma decisão assim seria suicídio.

Em síntese, a segunda forma de guerra é travada com uma meta mais limitada, aquém da prostração total do oponente, mas que se acredita conduzirá à produção do resultado político desejado. Pode, por isso, ser chamada de guerra *limitada*. É aqui que a guerra como instrumento político ganha toda a força que essa concepção pode adquirir. O fato de que a política permeia a guerra em toda a sua extensão, determinado pelas realidades materiais da interação entre ataque e defesa, permite um cálculo onipresente durante toda a guerra – entre os esforços já despendidos, os esforços ainda por vir e o valor do propósito político da guerra. Em outros termos, os custos e sacrifícios demandados pela guerra são constantemente pesados contra a importância do objetivo político buscado. Abre-se a possibilidade de imposição de custos que superem o valor do objetivo político para um dos lados, levando-o a reconsiderar seu interesse em prosseguir na guerra. Novamente, a formulação de Clausewitz tem clareza insubstituível:

Na medida em que a guerra não é um ato de paixão sem sentido, mas é controlado pelo seu objeto político, o valor desse objeto deve determinar os sacrifícios realizados por ele em *magnitude* e também em *duração*. Uma vez que o dispêndio de esforços exceda o valor do

objeto político, o objeto deve ser renunciado e a paz deve se seguir.
(Clausewitz, 1993: 104)⁵⁸

Enquanto as guerras ilimitadas impõem um foco específico para a ação bélica, entretanto, as guerras limitadas admitem uma diversidade de propósitos de guerra, bastando que seu peso seja grande o suficiente para que o oponente desista de seus esforços. Proença Jr e Diniz (2006) resumizam algumas possibilidades, como:

“[A] ocupação de apenas uma parte do seu [do oponente] território, ou, freqüentemente, de sua capital – ainda que para apenas devolvê-la depois, após um acordo favorável; a imposição de uma certa quantidade de destruição às suas forças; às vezes, apenas uma incursão com o propósito de produzir algum estrago em uma parte de seu território, ou destruir uma parte de sua produção, ou impor uma quantidade limitada de sofrimento a sua população”. (Proença Jr e Diniz, 2006: 5)

Em suma, Clausewitz verificou a manifestação de duas formas de guerra na realidade. Numa o objetivo político só é alcançado quando um dos lados é decisivamente derrotado, prostrado e privado de seus meios de resistência; na outra, um dos lados pode estar motivado apenas a esforços limitados e disposto a ceder diante de alguma margem de sucesso de seu oponente. A conclusão central de Clausewitz a esse respeito e, possivelmente, a mais importante de sua obra, é de que a forma tomada pela guerra é uma determinação exclusivamente política, mesmo que as guerras ilimitadas se aproximem mais das guerras absolutas e aparentem afastar a política do seu controle: “enquanto a política é aparentemente retraída num tipo de guerra [ilimitada] e ademais é fortemente evidente no outro [limitada], ambos os tipos são igualmente políticos”. (Clausewitz, 1993: 100)⁵⁹ Ou seja, é o valor atribuído ao objeto político em disputa que determina se um lado precisará ser completamente rendido para ceder à vontade de seu oponente, ou se esforços limitados serão capazes de dobrar a sua vontade e produzir uma paz, e isso faz dos dois tipos de guerra manifestações igual e integralmente políticas.

Encerra-se aqui o tratamento de Clausewitz para os propósitos deste trabalho de dissertação. Como inicialmente salientado, esses propósitos exigiam um entendimento

⁵⁸ “Since war is not an act of senseless passion but is controlled by its political object, the value of this object must determine the sacrifices to be made for it in *magnitude* and also in *duration*. Once the expenditure of effort exceeds the value of the political object, the object must be renounced and peace must follow”.

⁵⁹ “[W]hile policy is apparently effaced in the one kind of war and yet is strongly evident in the other, both kinds are equally political”.

do que seja o fenômeno da guerra, em sua essência, e das formas que as guerras apresentam na realidade. A confiança que aqui se deposita na honestidade científica e na solidez da investigação empreendida por Clausewitz é o lastro para sua tomada como critério de julgamento crítico das abordagens que se vinculam ao campo de investigação dos Estudos Estratégicos. O resultado desse julgamento no que respeita ao estudo da coerção militar realizado por Pape é o que se apresenta no capítulo seguinte.

4- Considerações finais: coerção militar como guerra

As conclusões gerais deste trabalho de investigação derivam naturalmente do cruzamento das discussões realizadas nos capítulos 2 e 3. Trata-se, em suma, de apurar a adequação do enquadramento da abordagem de Pape acerca da coerção militar no interior do Programa de Pesquisa Científico Clausewitziano⁶⁰ e de extrair suas implicações. Como ficará claro abaixo, a adequação desse enquadramento, respaldada pela natureza do fenômeno que compõe o cerne da investigação de Pape, coloca por terra a premissa básica que fornece a rationale para a sua construção teórica: a distinção essencial e lógica entre coerção militar e a condução de guerras.

Como se viu, o edifício clausewitziano está fundado na definição dupla do fenômeno guerra: “[a] guerra é portanto um ato de força para compelir nosso oponente a fazer a nossa vontade”. (Clausewitz, 1993: 83)⁶¹; e “a guerra é meramente a continuação da política por outros meios”. (Clausewitz, 1993: 99)⁶². A partir de duas concepções simples, Clausewitz circunscreveu todo o fenômeno bélico e preparou as bases para o seu tratamento científico. Cumpre, agora, verificar se há identidade entre o objeto de estudo de Pape e o fenômeno que animou a investigação de Clausewitz, e se, portanto, a construção teórica clausewitziana se aplica aos esforços intelectuais de Pape.

Pape definiu a coerção, temática geral em que se insere sua investigação, como “esforços para alterar o comportamento de um estado por meio da manipulação de custos e benefícios”. (Pape, 1996: 4)⁶³ O recorte de seu objeto dentro do universo da coerção se deu por meio do acréscimo dos meios da ação – a força. A coerção militar, assim, é constituída por esforços para alterar a postura de um adversário por meio do emprego, concreto ou potencial, dos meios de força. Não é difícil reconhecer que há uma clara identidade entre o objeto de estudo de Pape e aquilo que Clausewitz caracteriza essencialmente como guerra. A coerção militar é um ato de força para obrigar o outro a alterar o seu comportamento. E que esse ato de força não se dá no vácuo, mas se insere num contexto político de conflito de vontades, é algo que se depreende com clareza da abordagem de Pape. Foi inclusive uma de suas escolhas metodológicas, como mencionado, restringir seu estudo a casos “em que se demandava

⁶⁰ A respeito dos Programas de Pesquisa Científicos como unidade básica do desenvolvimento e da reconstrução racional da ciência, ver Lakatos, 1970; e Lakatos, 1998.

⁶¹ “War is thus an act of force to compel our enemy to do our will”.

⁶² “War is merely the continuation of policy by other means”.

⁶³ “[E]fforts to change the behavior of a state by manipulating costs and benefits”.

que o alvo desistisse de interesses importantes”. (Pape, 1996: 48)⁶⁴ Em suma, Pape reconhecidamente se incumbiu de estudar casos de recurso à força para a resolução de conflitos políticos.

Uma ressalva potencial deve ser antecipada. O estudo da coerção militar prevê que o fenômeno possa ocorrer sem um “ato de força” propriamente, com a força colocada em reserva e apenas ameaçada. Para Pape, o potencial de força ameaçada que produz resultados concretos constitui a forma mais pura de coerção, em que se presencia uma incontroversa distinção entre coerção militar e guerra. (Pape, 1996: 14) Entretanto, o entendimento adequado da extensão da centralidade do combate na guerra, com base em Clausewitz, dissipa por completo essa objeção. Conforme salientado, a conclusão de que é inerente ao fenômeno guerra que todos os seus resultados sejam derivados do combate o coloca no centro de todas as considerações, mesmo quando não acontece na realidade. (Clausewitz, 1993: 108) O combate virtual, ou travado mentalmente, é capaz de modificar decisivamente o estado de coisas na guerra, sem alterar a sua essência ou sua natureza. O fôlego de uma passagem de Clausewitz a esse respeito justifica sua repetição a seguir:

O combate é a única força efetiva na guerra; sua meta é destruir as forças oponentes como meio para um fim mais distante. Isso se mantém mesmo se de fato não ocorrer luta alguma, porque o resultado reside na suposição de que se ele viesse a lutar, o oponente seria destruído. (Clausewitz, 1993: 110)⁶⁵

Outra confusão que se pode antecipar e combater – nesse caso em que Pape deve ser julgado parcialmente inocente – diz respeito à distinção dos fenômenos com base nos instrumentos. A guerra é um fenômeno político que se distingue com base nos seus meios – a força. Contudo, os instrumentos que materializam o meio força não se vinculam essencialmente à guerra e em nada influenciam o seu tratamento teórico. Isso equivale a dizer que guerra é guerra, independentemente de dispositivos táticos e técnicos, seja ela travada com lanças e espadas, rifles e metralhadoras, submarinos ou aviões. Essa ressalva é importante porque estudos como o de Pape podem criar a ilusão de que determinados atos de força seriam mais ou menos coercitivos, ou mais ou menos guerras, em função deste ou daquele instrumento empregado. É na generalidade e

⁶⁴ “[I]n which the target was asked to give up important interests”.

⁶⁵ “Combat is the only effective force in war; its aim is to destroy the enemy’s forces as a means to a further end. That holds good even if no actual fighting occurs, because the outcome rests on the assumption that if it came to fighting, the enemy would be destroyed”.

simplicidade do conceito de guerra como ato de força - como quer que se materialize - para dobrar a vontade do outro que reside a força teórica da abordagem clausewitziana, de aplicação a-histórica. Como aludido, entretanto, Pape deve ser parcialmente inocentado nesse ponto, pois, apesar de identificar uma certa correspondência histórica entre coerção militar e o emprego de recursos aéreos, sua justificativa para a escolha desse instrumento é mais metodológica, ao atribuir maior clareza analítica ao estudo de campanhas aéreas. (Pape, 1996: 55) De qualquer forma, parece ser mais do que uma simples coincidência a correspondência entre estudos da coerção militar e análises do emprego de força aérea⁶⁶.

Dessas considerações gerais depreende-se que o estudo de Pape está inequivocamente inserido no universo clausewitziano. O que Pape chama de coerção militar é guerra em sua essência e não uma manifestação distinta do fenômeno bélico, merecedora de uma lógica própria e diferenciada. Essa conclusão se mantém independentemente do contexto da ação – operações com armas combinadas ou exclusivamente aéreas, a natureza dos alvos e dos mecanismos de coerção perseguidos, etc. – e mesmo quando o emprego de força é apenas ameaçado, o que para Pape constituiria casos puros de coerção militar. A conclusão imediata dessa constatação é a de que os relacionamentos e interações cientificamente construídos por Clausewitz para dar conta do fenômeno bélico têm validade inquestionável para os casos que Pape tomou como objeto, e isso com claro prejuízo para suas conclusões.

A pergunta central de Pape a respeito de qual mecanismo é mais propenso a mudar o comportamento de um adversário – ataques de punição, de risco ou de negação – perde imediatamente a sua importância. A pergunta verdadeiramente central, derivada da teoria da guerra de Clausewitz, é: “está-se diante de que tipo de guerra, limitada ou ilimitada?”. E a resposta a essa pergunta é, como demonstrado no capítulo anterior, integralmente *política*.

A natureza dos alvos da ação armada, bem como seus desdobramentos táticos, estratégicos e logísticos, relaciona-se ao propósito de guerra, ou àquilo que se busca diretamente pela força. No entanto, viu-se que esse é apenas um meio para o fim maior, o objetivo político da guerra, e é ele, unicamente, que determina a adequação do propósito de guerra perseguido. Em outros termos, a suficiência dos esforços despendidos na guerra, seja o ataque restrito ou irrestrito a civis, seja a tentativa de

⁶⁶ Veja-se, por exemplo, o panorama traçado ao final do capítulo 2..

obliteração da capacidade de resistência armada do oponente, só é determinada pela importância atribuída ao objetivo político em disputa. Outra passagem de Clausewitz merece repetição por sua clareza:

Na medida em que a guerra não é um ato de paixão sem sentido, mas é controlado pelo seu objeto político, o valor desse objeto deve determinar os sacrifícios realizados por ele em *magnitude* e também em *duração*. Uma vez que o dispêndio de esforços exceda o valor do objeto político, o objeto deve ser renunciado e a paz deve se seguir. (Clausewitz, 1993: 104)⁶⁷

Retomem-se agora os critérios considerados por Pape para julgar o sucesso ou fracasso da coerção militar. O sucesso é atribuído à extração da concessão política de um adversário que ainda possua os meios de resistência, ao passo que o fracasso é determinado pela não consecução do objetivo político ou pela sua consecução diante de um adversário completamente prostrado e desarmado. (Pape, 1996: 15) Também aqui a teoria clausewitziana da guerra como fenômeno integralmente político fornece as bases para a apreciação das possibilidades vislumbradas por Pape. O que Pape considera como casos bem-sucedidos de coerção militar revelam-se manifestações de guerras limitadas, em que o defensor tenha pesado os custos sofridos e futuros contra o valor do objetivo político em jogo e decidido abandoná-lo. Os casos mais curiosos de fracasso, em que o objetivo é conquistado mediante a prostração do adversário, correspondem à ocorrência de guerras ilimitadas. Aqui, o resultado é determinado igualmente pela política, com o alto valor do objetivo político em disputa exigindo que toda a vontade do defensor seja quebrada para a obtenção do resultado favorável.

Ao contrário da quase totalidade dos trabalhos produzidos em reação à obra de Pape⁶⁸, esta dissertação de mestrado objetivou confrontar a premissa fundamental de sua investigação, qual seja, a de que a coerção militar possui identidade própria, à parte da guerra tradicional. A demonstração aparentemente simples de que não há tal distinção e de que coerção militar é guerra em sua essência, assim como de que o entendimento das dinâmicas da coerção militar depende da apreensão da guerra em sua integralidade e das formas que ela pode tomar na realidade, serve não só para alertar quanto ao tom falacioso do extenso empreendimento de Pape, mas também quanto à tendência quase

⁶⁸ A exceção, como se viu, é Watts, 1997, que questiona a validade da aplicação do método científico para o tratamento de fenômenos políticos e sociais.

onipresente de se apontarem transformações e revoluções diante de desenvolvimentos recentes e circunstanciais.

Tomou-se aqui Clausewitz como ponto de partida para a análise crítica da base lógica da investigação de Pape. Como se afirmou anteriormente, o lastro para essa empreitada é a confiança que depositamos na honestidade científica de Clausewitz e na solidez de seus resultados⁶⁹. A conclusão geral a que se chega aqui é a de que caso Pape tencione manter o fundamento lógico de sua abordagem da coerção militar, ele precisa ancorar-se numa abordagem científica do fenômeno bélico que supere à que Carl von Clausewitz estabeleceu há quase dois séculos atrás. É a opinião deste autor que Pape não poderia estar numa posição acadêmica mais difícil e desconfortável.

⁶⁹ A discussão do estatuto epistemológico dos Estudos Estratégicos, com vistas à legitimação científica da teoria da guerra de Clausewitz e ao seu teste empírico, pode ser encontrada em Diniz, 2003.

Referências bibliográficas

BRATTON, Patrick C. 2003. “A Coherent Theory of Coercion? The Writings of Robert Pape”. in: *Comparative Strategy*. Vol. 22, nº 4. pp. 355-372.

BRINTON, Crane; CRAIG, Gordon A.; GILBERT, Felix. 1943. “Jomini”. in: EARLE, Edward M (Ed.). (1943). *Makers of Modern Strategy: Military Thought from Machiavelli to Hitler*. 2a. Ed. Princeton: Princeton University Press. pp. 77-92;

BRODIE, Bernard. 1955. “Some Notes on the Evolution of Air Doctrine”. in: *World Politics*. Vol. 7, nº 3, (april). pp. 349-370.

BYMAN, Daniel L.; WAXMAN, Matthew C.; LARSON, Eric. 1999. *Air Power as a Coercive Instrument*. Santa Monica: RAND.

BYMAN, Daniel L.; WAXMAN, Matthew C. 2000. “Kosovo and the Great Air Power Debate”. in: *Internacional Security*. Vol. 24, nº 4, (spring). pp. 5-38

CLAUSEWITZ, Carl von. 1993. *On War*. 1a. Ed. New York: Alfred A. Knopf.

DINIZ, Eugenio. 2002. *Clausewitz, o Balanço Ataque-Defesa e a Teoria das Relações Internacionais*. (Tese de Doutorado) Rio de Janeiro: PEP/COPPE/UFRJ. Mimeo.

DINIZ, Eugenio. 2003. *O Estatuto Epistemológico dos Estudos Estratégicos: Clausewitz X Keegan à Luz de Lakatos*. Santiago: Academic Paper/ Center for Hemispheric Defense Studies/ REDES 2003.

EARLE, Edward M (Ed.). 1943. *Makers of Modern Strategy: Military Thought from Machiavelli to Hitler*. 2a. Ed. Princeton: Princeton University Press.

EHRHARD, Thomas P. 1995. *Making the Connection: an Air Strategy Analysis Framework*. (Tese) School of Air Power Studies/Air University/ Maxwell Air Force Base, Alabama.

HOROWITZ, Michael; REITER, Dan. 2001. "When does Aerial Bombing Work?: Quantitative Empirical Test, 1917-1999". in: *Journal of Conflict Resolution*. Vol. 45, nº 2, (april). pp. 147-173.

JOHNSON, David E.; Mueller, Karl P.; TAFT, William H. 2002. *Conventional Coercion Across the Spectrum of Operations*. Santa Monica: RAND.

KNIGHT, Michael. 1989. *Strategic Offensive Air Operations*. 1a. Ed. Londres: Brassey's Defence Publishers.

LAKATOS, Imre. 1970. *Falsification and the Methodology of Scientific Research Programs*. in: LAKATOS, Imre; MUSGRAVE, Alan. (1970) *Criticism and the Growth of Knowledge*. 1ª Ed. Cambridge: Cambridge University Press. pp. 91-196.

LAKATOS, Imre. 1998. *História da Ciência e suas Reconstruções Racionais*. 1ª Ed. Lisboa: Edições 70. Trad. Emília Picado Tavares Marinho Mendes. pp. 21-76.

MACISAAC, David. "Voices from the Central Blue: the Air Power Theorists". in: PARET, Peter (Ed). (1986). *Makers of Modern Strategy: from Machiavelli to the Nuclear Age*. 1a. Ed. New Jersey: Princeton University Press. pp. 624-647.

MASON, R. A. 1987. *Air Power: an Overview of Roles*. 1a. Ed. Londres: Brassey's Defence Publishers.

MEARSHEIMER, John J. 2001. *The Tragedy of Great Powers Politics*. 1a. Ed. New York: Norton & Company.

MEILLINGER, Philip S. "The Historiography of Air Power: Theory and Doctrine". in: *The Journal of Military History*. Vol. 64, nº 2, (april). pp. 467-501.

MUELLER, Karl. 1998. "Strategies of Coercion". in: *Security Studies*. Vol. 7, nº 3, (spring). pp. 182-228.

PAPE, Robert A. 1990. "Coercive Air Power in the Vietnam War". in: *Internacional Security*. Vol. 15, nº 2, (autumn). pp. 103-146.

PAPE, Robert A. 1992. "Coercion and military strategy: Why denial works and punishment doesn't". in: *Journal of Strategic Studies*. Vol. 15, nº 4, (december). pp. 423-475.

PAPE, Robert A. 1993. "Why Japan Surrendered". in: *Internacional Security*. Vol. 18, nº 2, (autumn). pp. 154-201.

PAPE, Robert A. 1996. *Bombing to Win: Air Power and Coercion in War*. 1a. Ed. Ithaca: Cornell University Press.

PAPE, Robert A. 1997a. "Why Economic Sanctions do not Work". in: *Internacional Security*. Vol. 22, nº 2, (autumn). pp. 90-136.

PAPE, Robert A. 1997b. "The Limits of Precision-Guided Air Power". in: *Security Studies*. Vol. 7, nº 2, (winter). pp. 93-114.

PAPE, Robert A. 1997c. "The Air Force Strikes Back: a Reply to Barry Watts and John Warden". in: *Security Studies*. Vol. 7, nº 2, (winter). pp. 191-214.

PAPE, Robert A. 1998. "Why Economic Sanctions still do not Work". in: *Internacional Security*. Vol. 23, nº 1, (summer). pp. 66-77.

PARET, Peter (Ed). 1986. *Makers of Modern Strategy: from Machiavelli to the Nuclear Age*. 1a. Ed. New Jersey: Princeton University Press.

PLEHN, Michael T. 2005. *The Sharpest Sword: Compellence, Clausewitz and Counterinsurgency*. (Tese) School of Air Power Studies/Air University/ Maxwell Air Force Base, Alabama.

PROENÇA Jr., Domício, DINIZ, Eugenio, RAZA, Salvador Guelfi. 1999. *Guia de Estudos de Estratégia*. 1ª. Ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.

PROENÇA Jr., Domício; DINIZ, Eugenio. 2006. *O Fenômeno Guerra*. Rio de Janeiro: Grupo de Estudos Estratégicos, Coppe/UFRJ. (Manuscrito inédito)

SCHELLING, Thomas C. *Arms and Influence*. 1966. 1a. Ed. New Haven: Yale University Press.

SHY, John. 1986. “Jomini”. in: PARET, Peter (Ed). (1986). *Makers of Modern Strategy: from Machiavelli to the Nuclear Age*. 1a. Ed. New Jersey: Princeton University Press. pp. 143-185.

WARDEN III, John A. 1989. *The Air Campaign: Planning for Combat*. 1a. Ed. McLean: Pergamon-Brassey's Internacional Defence Publishers.

WARDEN III, John A. 1992. “Employing Air Power in the Twenty-first Century”. in: SHULTZ, Richard H. (Ed.); PFALTZGRAFF, Robert L. (Ed.). (1992). *The Future of Air Power in the Aftermath of the Gulf War*. 1a. Ed. Maxwell Air Force Base, Alabama: Air University Press.

WARDEN III, John A. 1997. “Success in Modern War: a Response to Robert Pape's Bombing to Win”. in: *Security Studies*. vol. 7. nº 2, (winter). pp. 172-190.

WARNER, Edward. 1943. “Douhet, Mitchell, Seversky: Theories of Air warfare”. in: EARLE, Edward M (Ed.). (1943). *Makers of Modern Strategy: Military Thought from Machiavelli to Hitler*. 2a. Ed. Princeton: Princeton University Press. pp. 485-503.

WATTS, Barry D. 1997. “Ignoring Reality: Problems of Theory and Evidence in Security Studies”. in: *Security Studies*. vol. 7. nº 2, (winter). pp. 115-171.